

34º Encontro Anual da Anpocs
ST04: Comportamento Político
1º Sessão - Participação Política

Raça e Comportamento Político em Perspectiva Comparada: Evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo

Natália S. Bueno¹

[**Este texto é uma versão preliminar.** Favor não citar sem premissão da autora. Para citações, favor referir-se a: BUENO, N. S. Raça e Comportamento Político em Perspectiva Comparada: Evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo. 2010.190 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Disponível em: sites.google.com/site/nataliasbueno]

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Em 2011, inicia PhD em Ciência Política pela Yale University (sites.google.com/site/nataliasbueno/). Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado, na qual se encontram discussões substantivamente mais minuciosas da teoria, escolhas analíticas e metodológicas, assim como análises mais detalhadas dos dados.

“*Political resources, knowledge, skills, and incentives are always and everywhere distributed unequally*” (Dahl, 2006, p.51)

Para pensar as relações entre raça e comportamento político, uma das tradições de pesquisa mais estabelecidas em ciência política, por seus achados empíricos consistentes e robustos, argumenta que indivíduos com maior posse de recursos socioeconômicos, assim como orientações psicológicas mais cívicas em relação à política tendem a ser mais ativos politicamente (Leighley, 1995; 2008; Schlozman, 2002). Tal tradição atende por vários nomes — modelo do status socioeconômico (SES), teoria da mobilização de recursos (*resource mobilization theory*), modelo da centralidade, ou, simplesmente, abordagem dos recursos —, mas sua proposição central é amplamente reconhecida e implicitamente incorporada nas análises sobre comportamento político em, possivelmente, todo país para o qual há dados adequados disponíveis — como, aliás, Norris e Inglehart levam a cabo na sua análise de *World Value Survey* (Schlozman, 2002; Norris, 2002; Inglehart e Norris, 2003; Dunning, 2009; Dalton e Klingemann, 2007; Goodin e Klingemann, 1996).

Segundo a formulação mais geral da abordagem dos recursos, espera-se encontrar, *ceteris paribus*, nas diversas sociedades, que os indivíduos mais abastados, com maior renda e escolaridade, sejam também aqueles que mais se mobilizam politicamente. Em outras palavras, a abordagem dos recursos traz, para a análise do comportamento político, variáveis demográficas que denotam a posição social do indivíduo, e assim sua dotação de recursos que permite superar os custos inerentes à participação política (Timpone, 1998). Assim, para este trabalho, que analisa raça e comportamento político em Belo Horizonte, Brasil, e Cidade do Cabo, África do Sul, espera-se encontrar que indivíduos pertencentes a grupos com menor posse média desses recursos, como negros no Brasil e *Africans* na África do Sul, seriam menos ativos politicamente do que indivíduos brancos e *Whites* nos dois contextos, já que estes possuem, em média, mais recursos.

Este trabalho traz duas contribuições. Em primeiro lugar, identifica dois momentos no trabalho de Verba e seus colaboradores com relação ao papel da raça e seus efeitos no engajamento político. Em segundo lugar, analisa empiricamente os

casos de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo, nos quais encontrou-se que, nesta cidade, ao se identificar como *African*, a probabilidade de um indivíduo participar politicamente (em organizações políticas e em ativismo político) aumenta substantivamente e, naquela cidade, a posse de recursos como renda e escolaridade eleva substantivamente a probabilidade de participação (ao passo que a identificação racial não distingue relevantemente quem participa e não participa). Por fim, buscou-se apontar para as contribuições da abordagem dos recursos para a compreensão do papel da raça no comportamento político na África do Sul e no Brasil.

Raça e recursos: qual o estatuto da raça?

O papel da raça na abordagem dos recursos só pode ser compreendido se, em primeiro lugar, é esclarecido o significado dos recursos nessa abordagem. Após o modelo da centralidade (Milbrath, 1965), posteriormente reformulado como modelo do status socioeconômico, pode-se dizer que o trabalho de Verba e seus colaboradores (em especial no enciclopédico *Voice and Equality*, 1995), no Modelo do Voluntarismo Cívico (CVM), representa uma das — se não a — versões mais sofisticadas e empiricamente minuciosas dessa abordagem. De acordo com esse modelo, indivíduos participam porque: a) têm os recursos socioeconômicos necessários e competências (*skills*) adquiridas; b) querem: movidos pela orientação cívica, como percepção de competência subjetiva e interesse em política, por exemplo; e c) foram incitados a participar, convidados por alguém (*recruitment*), por exemplo.

Apesar de essas três dimensões comporem o CVM, é importante ressaltar — como os próprios autores o fazem (Verba, Schlozman & Brady, 1995, pp. 269-287) — que os recursos são os elementos principais desse modelo. Segundo os autores, os recursos são essenciais por tornar possível a participação, por permitir que indivíduos possam dedicar parte de seu tempo à política e, assim, de certa maneira, são anteriores e condicionantes dos outros fatores. O pressuposto geral subjacente à abordagem baseada em recursos se funda na ideia de que participar é custoso, de modo que é necessária a posse de recursos que permita que o indivíduo seja capaz de superar os impedimentos de custos à participação.

Dada a importância dos recursos nesse modelo, é necessário apresentar como os autores definem essa noção:

The literature on participation refers to a heterogeneous set of factors — ranging from such aspects of social position as high level of education or income to such psychological predispositions as a sense of political efficacy or group solidarity — as resources for political activity. In the Civic Voluntarism Model, we define resources more concretely and treat their relationship to participation more comprehensively, probing their origins and investigating how they operate to facilitate participation. Our approach distinguishes between the social positions from which resources derive — for instance, respondent’s family background or occupation — and the resources themselves.[...] We emphasize three kinds of resources: time, money, and civic skills [...] We trace the origin of these resources back to the fundamental involvements of individuals in a major social institution. Experiences in the family, at school, and in the workplace, and citizens’ voluntary affiliation with non-political associations and religious institutions — a function of their socially structured circumstances and the constrained choices they make about their lives — affect the stockpile of time, money, and civic skills available for politics (Verba, Schlozman e Brady, 1995, pp. 270 -271).

A longa citação se justifica porque, nesse trecho, os autores relacionam sua noção de recursos com o modelo do status socioeconômico (SES), além de elencarem quais os principais tipos de recursos analisados no CVM, a saber: dinheiro, tempo e habilidades cívicas². Os autores argumentam que os recursos dão um passo à frente na tradição do SES, porque tanto conectam a posição social com a atividade política como permitem explicar os resultados que se desviam das previsões do modelo do SES (através da variável de *civic skills*, discutida adiante). Mais: Verba, Schlozman e Brady ainda apontam que “*a resource-centered explanation also tells us a good deal about the nature of contemporary American politics. A central concern in the study of participation is the extent to which disparities in participation are consonant with group differences in political preferences or needs*” (*ibidem*, p. 279). Ou seja, a noção de recursos é não só um avanço analítico, mas também é substantivamente relevante

² Dentre os recursos apontados por Verba *et al.* se destacam as chamadas habilidades cívicas (*civic skills*). Habilidade cívicas são definidas como “*the communicational and organizational abilities that allow citizens to use time and money effectively in political life*” (Verba *et al.* 1995, 320). Os principais argumentos que motivam e sustentam a inclusão dessas variáveis se referem ao potencial de aprendizado e socialização em organizações não políticas, como igrejas, clubes recreativos, associações de caridade e assistência. As habilidades cívicas são vistas como um “recurso cognitivo” que impulsiona o indivíduo à participação. Dessa maneira, grupos com poucos recursos como dinheiro, tempo e, inclusive, educação podem ser mais politicamente ativos do que o esperado se eles tiverem acesso a espaços para o desenvolvimento dessas habilidades.

para entender a desigualdade política (entendida como dissonância entre preferências e participação).

Na ressaca após as mobilizações do movimento pelos direitos civis, as minorias raciais nos Estados Unidos tinham sido incluídas na poliarquia, mas restava avaliar se a igualdade política havia sido atingida. Desde então, a questão racial foi incorporada nas análises de Verba e seus colaboradores, mas também por parte significativa dos autores preocupados com os determinantes do comportamento político. Mais especificamente com relação à obra de Verba, podem ser identificados dois momentos analíticos no que tange ao modo com que esse autor lida com a raça, diferenciados tanto pelos efeitos imputados à raça quanto pela natureza da unidade analítica associada a ela. Em síntese, no primeiro momento, raça opera através de efeitos indiretos, como variável interveniente, e seus efeitos (indiretos) se dão por expressão de consciência ou solidariedade racial ou por instituições políticas cujas bases sociais relevantes e clivagens políticas mobilizadas sejam de cunho racial. Já no segundo momento, a raça opera através do desenvolvimento de habilidades individuais em espaços que são racialmente exclusivos (como, por exemplo, certas afiliações religiosas e igrejas nos Estados Unidos), de modo que seu efeito atua por meio de recursos individuais, não mais por uma variável interveniente. Além do mais, a natureza da variável é distinta, focada nos recursos individuais e não mais em consciência racial ou instituições políticas.

O primeiro momento analítico compreende os dois primeiros livros de fôlego de Verba sobre comportamento político (Verba e Nie, 1972; Verba, Nie e Kim, 1978), distanciando-se dos seus trabalhos seminais sobre cultura política (Almond e Verba, 1963).

Verba e Nie encontram a seguinte configuração da participação política por grupos raciais nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, brancos são mais ativos do que negros, em média. No entanto, esse dado bruto, quando analisado desagregadamente, traz novas informações que tornam a descrição da participação política entre negros mais complexa. Ainda que, em média, brancos participem mais do que negros (o que era esperado de acordo com as posições sociais médias de cada

grupo), esse achado não é constante para todas as formas de participação política³. Além do mais, uma vez que negros são ativos politicamente, eles participam de atividades tão intensamente quanto brancos (Verba e Nie, 1972, pp. 149-173). Entretanto, as posições médias no ordenamento social entre brancos e negros são distintas, de forma que a comparação entre os grupos, sem levar essa forte associação entre raça e recursos em consideração, pode ser enganosa — uma vez que não é possível distinguir se a raça ou a posição socioeconômica causa a diferença em níveis de participação. Desse modo, ao analisar brancos e negros com os mesmos patamares socioeconômicos, encontra-se que negros são, em realidade, tão ou mais ativos do que brancos (*ibid.*, p. 157). A explicação para esse achado passa, no trabalho de Verba e Nie, pela questão da consciência ou solidariedade de grupo com base no atributo racial (*group consciousness*), ou seja, pela percepção (*awareness*) de um status socioeconômico compartilhado entre indivíduos do mesmo grupo racial. Em capítulo específico sobre raça e participação política os autores buscam mostrar:

[...] the usefulness of the standard socioeconomic mode as a base line for analysis. For one thing, it becomes clear that socioeconomic differences explain a good deal of the difference in participation rates of blacks and whites. If there is any impact on participation associated more directly with race, it is one that gives some boost to black citizens – particularly if they have a sense of group consciousness. Black Americans have, in group consciousness, a great resource for political involvement (ibid., p.173).

Mas ainda no primeiro momento analítico identificado, Verba, Nie e Kim colocam seu modelo à prova, para além das fronteiras estadunidenses, em um dos seus trabalhos de maior fôlego, a saber: *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison* (1978). Verba, Nie e Kim encontram que a associação entre recursos socioeconômicos e participação não segue, à primeira vista, padrão tão positivo e forte nos diversos países como no caso estadunidense. Dessa maneira, os autores propõem um modelo no qual, além dos fatores individuais (recursos), fatores coletivos ou institucionais teriam um papel relevante. Em síntese: sem a “interferência” dos fatores institucionais, os recursos socioeconômicos seriam convertidos em participação política

³ Por exemplo, com relação à participação em campanhas eleitorais, negros se mostram particularmente ativos, ao passo que são especialmente inativos em termos de contato com representantes eleitos.

(Verba *et al.* 1978, pp. 80-81). Isso significa que, se controlado por fatores institucionais, a maior posse de recursos se converteria em maior participação. Mais especificamente, os autores entendem que as instituições relevantes para a participação política são os partidos políticos e as associações voluntárias, devido a suas diversas funções como canais de comunicação entre cidadãos e governo (via mobilização, abertura de oportunidades de participação, atuação no debate público). Assim, um sistema institucional forte, ou seja, que controle ou limite o acesso à mobilização política e/ou tenha impacto relevante na mobilização política e se oriente para aqueles que possuem menos recursos (sua base populacional), por exemplo, poderia contrabalançar ou inverter a associação entre recursos e participação (*ibidem*, pp. 92-93). No entanto, qual o lugar de clivagens sociais como raça nesse modelo?

As clivagens sociais se mostram mais relevantes para mobilização política na medida em que elas se refletem no sistema institucional dos países, principalmente pela base populacional mobilizada por partidos e associações voluntárias (*ibid.*, pp. 157-8). Assim, a existência de outras clivagens sociais relevantes, como religião, gênero e, destacadamente, raça e etnia entra no modelo através dos fatores institucionais, de modo que a proposição geral de que indivíduos de maior renda e maior escolaridade serão mais ativos mantém-se, caso os fatores institucionais permaneçam constantes (*ibid.*, pp. 158-9). Segundo os autores:

This generalization [a maior posse de recursos leva a maior participação, ceteris paribus] allows us to locate the 'baseline' from which to measure the effects of group-based forces on participation. Insofar as political contention in a society revolves around a particular social characteristic such as race or religion, identification with one or other contending group can lead citizens to be more active than they would otherwise be. In the United State, as we have pointed out, race is such a politically salient characteristic. Blacks who have a sense of group consciousness participate more than one would predict on the basis of their level of education or income (ibid., pp. 158-159).

Em síntese, argumentam os autores, a relação positiva entre recursos e participação pode variar com a interferência de fatores institucionais — e esses fatores são contingentes às clivagens de cada país (p. 169). Dessa maneira, espera-se encontrar que, *dentro* dos grupos mobilizados por fatores institucionais (como raça, religião ou ocupação), os indivíduos de maior posse de recursos participarão mais, mesmo que, na

população como um todo, essa associação não seja evidente (devido, mais uma vez, à interferência de fatores institucionais).

A explicação para o aumento das chances de participação de um grupo com baixo status socioeconômico se dá pela inclusão de uma variável interveniente, exógena ao status socioeconômico. Ainda que, é necessário apontar, no trabalho sobre os Estados Unidos, a variável interveniente raça seja contingente a mecanismos psicológicos de percepção de situação e destinos comuns entre indivíduos que se percebem do mesmo grupo. Já no trabalho comparativo, a raça entra como uma possível clivagem social que somente se torna politicamente saliente se se encontra refletida no sistema institucional (partidos e associações voluntárias). Novamente, a raça é uma variável interveniente, mas, neste caso, é uma variável interveniente de segunda ordem, já que são instituições políticas que afetam a conversão de recursos em participação e a raça, como clivagem social, só é saliente se opera através dessas instituições políticas.

Dessa forma, achados intrigantes geraram amplo debate subsequente, especialmente intenso nos anos oitenta (Shingles, 1981; Miller, Gurin, Gurin, Malanchuk, 1981; Bobo e Gilliam, 1990). Em termos mais gerais, todos esses autores apontam para uma subteorização do papel da consciência racial no modelo — uma vez que se trata de uma variável exógena, que opera por efeitos intervenientes (Miller *et. al.*, 1981, pp. 506-509). Esse debate possui diversas variações e, pode-se dizer, ecoa não só na discussão sobre comportamento político, mas também nos debates amplos e atuais sobre opinião pública e raça nos EUA (Hutchings e Valentino, 2004; Chong e Rogers, 2005; Chong e Kim, 2006).

Verba e seus colaboradores retomaram o tema da raça no comportamento político no seu já mencionado volume *Voice and Equality* (1995), já no segundo momento de seus trabalhos sobre raça e comportamento político. Nesse trabalho, os autores incluem outro grupo racial: os latinos. Os autores encontram que, mais uma vez, negros são um pouco menos ativos do que brancos, e latinos são significativamente menos ativos (*ibidem*, p. 263). Mais uma vez, os autores encontram que, se as diferenças em termos de posse de recursos entre os grupos raciais são controladas, a disparidade em atividades políticas não se sustenta. Isso leva os autores a concluir que:

Thus, neither being Black nor being Latino itself reduces participation. Rather, it is the fact that both groups are less endowed with the factors that foster participation that is responsible for the participation gap on the basis of race and ethnicity (Verba, Schlozman e Brady, 1995, p. 523).

De qualquer maneira, destacam os autores, é importante reconhecer que diferenças associadas com raça, principalmente a religião, afetam diretamente as chances de participar. Latinos são, em sua maioria, católicos, e negros são, na maior parte, protestantes evangélicos. Isso significa que, para os primeiros, a experiência religiosa não traz a aquisição de habilidades que podem ser utilizadas como recurso à participação política, ao passo que, para os segundos, a experiência em organizações religiosas traz benefícios significativos às suas habilidades cívicas.

Em artigo dedicado somente à raça e participação política nos Estados Unidos, os autores sustentam o mesmo argumento (Verba, Schlozman, Brady, e Nie, 1993, pp. 457–458): “[...] *differences in political involvement among racial or ethnic groups [should be placed] in the context of their distinctive socio-economic positions: groups that are disadvantaged with respect to education or income are correspondingly less active politically*”. Dessa maneira, raça é uma dimensão relevante desde que associada com a posição socioeconômica e que outros fatores como religião e língua sejam mobilizados, por grupos étnicos e raciais, como recursos (habilidades). Assim, experiências de discriminação, socialização, redes de comunicação e, inclusive, macroclivagens políticas por linhas étnicas e raciais — fatores que outras vertentes identificam como relevantes para explicar os efeitos de pertencimento a grupos raciais — não são relevantes, no modelo de Verba, uma vez controlados por recursos, com ênfase especial aos recursos desenvolvidos pela atuação em instituições religiosas, mas que também incluem o controle da língua dominante. De qualquer maneira, é importante e justo destacar que não se trata de uma visão que anula por completo o significado do pertencimento ao grupo racial e étnico, mas seu fator preponderante é a posse de recursos socioeconômicos. Nas palavras de Verba, Brady e Nie:

We use the logic of the socio-economic approach and take it one step further by demonstrating that politically relevant resources inhere in the socially structured circumstances that define ethnicity. We, are of course, concerned with socio-economic status and the resources for political participation that derive from it. However, we show that aspects of ethnicity itself – in particular,

language and patterns of religious affiliation – also confer resources that facilitate political activity, not through an impact on beliefs and cultural values, but through their effect on resources (Verba et al., 1993, p. 458).

No segundo momento analítico do modo com que raça é equacionada na obra de Verba, raça só é relevante se lida como um fator associado ao desenvolvimento de uma habilidade — e, portanto, um recurso. A explicação para as variações na participação de grupos com menos recursos — negros, mais especificamente — não mais repousa em fatores coletivos e institucionais (como no momento anterior), mas em atributos individuais (a aquisição de habilidades) que são usualmente exclusivas e associadas a grupos raciais e étnicos. Ou seja, raça não é mais um fator exógeno ao modelo, ela é incorporada como um atributo associado a alguma habilidade adquirida —, isto é, via um recurso. Experiências advindas do pertencimento ao grupo racial (como preconceito e discriminação), caso não associadas a algum fator compartilhados por certo grupo e exclusivo a ele, não afetariam o comportamento político desse grupo. Nesse sentido, por raça ter efeito através de um recurso adquirido, ela é analisada por meio do indivíduo, pelo desenvolvimento individual de habilidades, diferentemente do momento anterior, no qual raça operava através de fatores não individuais, como instituições e consciência de grupo. Além do mais, o efeito da variável raça não é mais uma variável interveniente que modifica o efeito predito do recurso — intensificando-o ou invertendo-o, como o momento anterior. A raça opera por um recurso, só sendo relevante quando se caracteriza com recurso, de modo que não é mais um mecanismo interveniente no modelo.

Uma vez que o modelo do voluntarismo cívico é a versão mais acabada e a última palavra de Verba sobre participação política e, em especial, raça e participação, as principais críticas atuais se orientam para esse modelo. Assim, uma literatura mais recente vem mostrando que a relação entre raça, etnicidade e recursos não pode ser facilmente reduzida aos recursos, mesmo recursos como língua e religião (Leighley & Vedlitz, 1999; Leighley e Matsubayashi, 2009; Cho, Gimpel e Wu, 2006; Segura e Rodrigues, 2006; Chandra, 2006). Esses textos, assim como um conjunto de outros trabalhos, apresentam críticas pontuais à abordagem de recursos tal como formulada no modelo do voluntarismo cívico e propõem, menos do que um deslocamento analítico na relação entre raça e recursos, refinamentos e maior precisão na maneira com que raça é incorporada no modelo.

Em síntese, as críticas mais incisivas ao CVM de Verba, Schlozman e Brady chamam a atenção para a necessidade de imputar status analítico distinto para raça, ou seja, que sua operação não seja simplesmente através de recursos adquiridos. Em certo sentido, alguns autores vão na contramão da “endogeneização” da raça no modelo do CVM e apontam para fatores exógenos ao modelo (e associados à raça) que deveriam ser adequadamente considerados. De qualquer maneira, os dois debates envolvendo os momentos analíticos identificados na obra de Verba e seus colaboradores coincidem na demanda por uma elaboração teórica mais generalizável, que abarque não só as relações entre negros e brancos. Ainda que essa preocupação seja incorporada de alguma maneira no CVM, é consensual a crítica de que os modelos não conseguem compreender e oferecer modelo único para a recente composição demográfica dos Estados Unidos.

Raça e Comportamento Político na África do Sul e no Brasil

Para além das comparações macro-históricas (Marx, 1998), o estudo comparado entre África do Sul e Brasil é adequado para analistas que enquadram o mundo pela abordagem dos recursos. Afinal de contas, ambas as *politie*s possuem recursos socioeconômicos assimetricamente distribuídos na sua população. E, mais, essas dotações de recursos se distribuem assimetricamente pela clivagem que interessa aqui: identificação racial. Nesse sentido, os recursos, principal fator cuja variação gera efeitos na mobilização política, possuem variações homólogas nos dois países. Não obstante as similaridades já apontadas, a literatura pinta quadros substantivamente distintos sobre a participação e mobilização políticas nos dois países.

Os estudos sobre raça e política no Brasil se dividem, tematicamente, entre aqueles que discutem a história e a organização do movimento negro e os que estudam a variação do comportamento eleitoral por grupos raciais. O ponto de fuga de grande parte — se não de todos — os trabalhos que analisam raça a atuação política no Brasil é a dicotomia e a interação entre o pertencimento a um grupo racial e a inserção em classes sociais. Devido à saliência das desigualdades e conflitos orientados por critérios socioeconômicos — frouxamente definidos aqui como classe —, a relação entre essas duas categorias permeou os principais trabalhos nos estudos raciais. Ainda que exista um consenso de que há grupos raciais estão em posições socioeconômicas distintas e

que não brancos⁴ estão em piores posições nos indicadores socioeconômicos, há um intenso e debate quase beligerante acerca das causas efetivas (preconceito e discriminação *versus* mecanismos “de classe”) que explicariam essas diferenças (Hasenbalg, Valle Silva, e Lima 1999; Santos 2005; Souza, 2006).

Movimentos com a bandeira racial não adquiriram uma adesão em larga escala. Talvez devido à baixa politicização da clivagem racial, grande parte do movimento negro se caracterizou pelo “ativismo cultural”, com demandas e atividades de cunho mais cultural do que estritamente político. Pode-se afirmar que a principal preocupação da Frente Negra Brasileira (FNB) foi, no início do século XX, com a integração dos negros na sociedade brasileira. O Movimento Negro Unificado (MNU), cujo início se deu nos anos setenta, possivelmente pode ser indicado como o movimento mais bem sucedido no Brasil, desde a abolição da escravidão (Andrews, 1991; Hanchard, 2001). Desde 1985, podem ser identificadas mudanças substantivas no movimento negro, com reivindicações por políticas e legislação contra a discriminação, assim como por redução das desigualdades raciais, são nitidamente diferentes das demandas culturais (Guimarães, 2003; Htun, 2004; Paschel and Sawyer 2008; Sawyer, 2005).

Apesar da existência dessa mobilização, existe algum acordo na literatura que sustenta que raça não foi um fator efetivo na formação de uma percepção de identidade de grupo (Sansone, 2003) e que, se há algum fator capaz de articulação política no Brasil, ele está associado à classe e posição socioeconômica (Reis, 2001).

Apesar de os estudos sobre movimentos sociais indicarem que raça não era a clivagem central da mobilização política, os estudos sobre comportamento eleitoral adotaram uma perspectiva distinta e colocaram a pergunta sobre os efeitos da raça: em que medida desigualdade sociais, além de práticas discriminatórias, expressam-se em comportamento eleitoral diferenciado por grupos raciais (Lamounier, 1968; Souza, 1971; Guimarães, 2002)? A maior parte dos autores aponta que a experiência de discriminação e preconceito influencia no comportamento eleitoral de negros, ainda que raça não seja o fator central na decisão eleitoral do indivíduo — e mais uma vez, classe

⁴ É importante destacar que brancos, pardos e pretos não são os únicos grupos raciais no Brasil. Mas, de acordo com o censo de 2000, os dois últimos grupos representam 98% da população brasileira (ver <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>).

ou posição socioeconômica como o fator predominante (Lamounier, 1968; Souza, 1971; Soares e Valle Silva, 1985, 1987; Berquó e Alencastro, 1992; Castro, 1992).

Souza (1971), por exemplo, argumenta que negros expressam mais intensamente a preferência por partidos e candidatos tidos como populistas comparados com eleitores brancos, mesmo quando estão numa posição social superior. Soares e Valle Silva (1985) também encontram uma tendência entre pardos a votar por candidatos populistas, especialmente aqueles considerados “herdeiros” políticos de Vargas. Castro (1993) encontrou uma discrepância do voto negro, variando de um alto grau de apatia a expressões mais intensas de radicalismo, dependendo da posição social ocupada pelo indivíduo. Indivíduos negros de estratos mais baixos tendem a ser mais apáticos (ou alienados, segundo a autora), anulando os votos ou votando em branco. Por outro lado, indivíduos negros de estratos mais altos, especialmente aqueles com mais escolaridade, tendem a não só anular menos os votos, mas a escolher candidatos mais frequentemente identificados como radicais de esquerda. Em síntese: “Pertencer a um grupo racial pode, por exemplo, intensificar, em alguns casos, ou impedir, em outros, a manifestação de tendências dadas pela posição social” (Castro, 1993, p. 483).

Bailey (2009), ao analisar a eleição de Benedita da Silva no Rio de Janeiro, também encontra evidências de que há vieses raciais no comportamento do eleitor brasileiro. Ele encontra indicações não só de que a cor do candidato teve efeitos no voto, mas também de que eleitores de diferentes grupos raciais se comportaram distintamente, ainda que a clivagem encontrada tenha sido preto e não preto (e não a clivagem usual de branco e não branco). Apesar das evidências encontradas, o autor pede cautela na interpretação dos resultados e propõe uma síntese interpretativa interessante da literatura à luz dos seus dados, o que justifica a longa citação:

The relationship between race and electoral politics is not an ‘either-or’ question in Brazil, but one of degrees. On the one hand, Sansone is basically correct when he points to a low level of organized racial and ethnic sentiments in the political realm; racial identity politics in Brazil has not been robustly manifest in the electoral sphere. On the other hand, it may be that Mitchell (1977), and to a much lesser extent Soares and Silva (1985), have overstated what their data reveal about the amount of ‘racial consciousness’ operable in the electoral realm for nonwhites in their periods of study. Castro’s measured statement above, then, may be the better description of the effect of racial identification dynamics in that sphere. [...] The conditioning effect of social class

(approximated through education) on the development of a negro constituency therefore may be important. The premise regarding the disjuncture between negro political and movement actors and the masses of nonwhites as an explanation for the lack of mobilization around 'blackness' thereby receives some cautious support. (Bailey, 2009, pp. 90-91).

Como já anunciado, os debates giram em torno da relação entre raça e classe. A discriminação é, provavelmente, apontada como o principal fator suspeito de causar o “efeito da raça” porque é um mecanismo que, simultaneamente, independe da posição de classe do indivíduo e não é contingente a consciência coletiva de raça ou racismo publicamente institucionalizado, ou seja, se há algum efeito associado à raça, ele passa por percepções e experiências individualizadas do pertencimento a grupo racial, como a discriminação e o preconceito.

Enquanto o cerne do debate sobre raça e comportamento político no Brasil está na identificação e na especificação do efeito da raça (e em diferenciá-lo da classe), na África do Sul o principal debate está na identificação e na especificação do status analítico e da natureza da variável raça. O principal campo de estudos sobre raça e comportamento político na África do Sul se refere aos estudos sobre comportamento eleitoral e, em especial, na explicação do chamado *racial census* nos resultados eleitorais sul-africanos. Em detalhe, explicar o *racial census* significa interpretar resultados que, à primeira vista, significam uma correlação perfeita entre raça e escolhas eleitorais, de modo que determinados partidos seriam exclusivos a determinados grupos raciais, de forma que resultados eleitorais refletiriam, como um espelho, a composição racial sul-africana. Além dos estudos eleitorais, há estudos sobre movimentos sociais e sobre participação política não eleitoral, ainda que esses sejam nitidamente minoritários frente aos trabalhos sobre eleições.

Tipicamente, encontram-se três respostas acerca do estatuto analítico e mecanismos imputados à raça na África do Sul. Nos debates eleitorais, certo grupo de autores associa a raça a uma identidade de grupo que se expressa politicamente, ao passo que outro grupo identifica os mecanismos da raça na medida em que ela se reflete em instituições política (como, de certa maneira, uma variável interveniente). E, nos debates sobre comportamento não-eleitoral, apesar de haver pouca clareza analítica sobre os mecanismos, raça é associada a motivações e redes de recrutamento

(usualmente partidárias e associativas) que superam os obstáculos postos à participação pela pobreza.

Mattes e Piombo (2001), ao analisar as eleições de 1999, apontam que o eleitorado toma suas decisões levando em consideração o desempenho do governo e, quando insatisfeitos com o desempenho governamental, não percebem nenhum partido como alternativa legítima e atraente. O pertencimento e o sentimento de identidade ao grupo racial, por si só, não alteram o mecanismo de tomada de decisão do eleitor: indivíduos apóiam o partido que eles percebem como mais provável de ser melhor governante no futuro e os indivíduos fazem suas escolhas com base na informação disponível sobre seus interesses. As fontes de informação são as experiências diárias, a atuação passada do governo, partidos e candidatos, assim como essas informações são retiradas do contexto no qual os eleitores vivem (colegas, amigos, família etc.). Entretanto, raça aparenta ter um papel específico: indivíduos de diferentes grupos raciais atribuem diferentes valores e prioridades a um conjunto comum de critérios de avaliação. Os eleitores se fazem as mesmas perguntas quando buscando alternativas para seus votos, mas o seu pertencimento a um grupo racial tende a alterar a resposta a qual eles chegam.

Ferree (2006), por sua vez, aponta três hipóteses acerca do *racial census* nas eleições sul-africanas: 1) o voto seria uma maneira de expressão da suas identidades como membros de grupos raciais; 2) os eleitores fazem suas escolhas com base em *policy preferences* e avaliações de desempenho, então, se grupos raciais convergem na preferência eleitoral, isso significa que suas *policy preferences* e avaliações de desempenho também coincidem; e 3) todos os eleitores têm a racionalidade da segunda hipótese — e não uma forma de “racionalidade expressiva”, orientada por sentimentos de identidade —, de maneira que a raça e as credenciais raciais do partido funcionam como um atalho informacional (*informational shortcut*) que permite ao eleitor prever como o partido vai se comportar se eleito. Dessa maneira, as “imagens” dos partidos (*party labels*) são fortemente racializadas, o que afeta a maneira como os indivíduos avaliam e projetam o desempenho dos partidos. Com base em sua análise, Ferree apóia a terceira hipótese e conclui que a hipótese do voto como expressão de identidade não se sustenta, de maneira que o *racial census* eleitoral se modifica não com a mudança na

identificação racial do eleitorado, mas sim da mudança das imagens raciais que os partidos projetam (*racial credentials of the party labels*).

Nos estudos sobre comportamento não eleitoral, há maior debate sobre a relação entre posse de recursos e mobilização política, ainda que não exista consenso claro (Fauvelle-Aymar, 2008). A literatura mais associada a discussões de movimentos sociais parece apontar que o sistema político não incorpora parte relevante da população, que é carente de recursos e habilidades políticas (Habib e Bentley, 2008; Robins, 2008). Mas, existem outros trabalhos que corroboram o mesmo diagnóstico descritivo do comportamento eleitoral: indivíduos *Africans*, independentemente da maior ou menor posse recursos socioeconômicos, são mais ativos também em atividades não eleitorais.

Friedman (2004), ao avaliar a primeira década de democracia na África do Sul, coloca que a pobreza e os baixos níveis de participação da população associados a ela são efeitos e causas da baixa qualidade da democracia na África do Sul. O autor aponta que grande parte da população, que é pobre, tem menos recursos, menos condições de organização e, assim, menos probabilidade de se mobilizar.. Nas suas palavras: “*If limited participation impairs the new democracy’s ability to address poverty, poverty in turns has implications for political participation. It is far more difficult for poor to participate in public life. Political influence is a product of organizations. This requires resources that poor people do not have*” (2004, pp. 14-15). Ballard, Habib e Valodia (2006, pp. 397-418), em linha similar à de Friedman, argumentam que a democratização e democracia representativa não trouxeram benefícios claros aos pobres, que buscaram lugar para suas vozes, frequentemente, em movimentos extrainstitucionais.

Mattes (2008) analisa a participação local cívica (*civic local participation*), definida como a propensão a contatar conselheiros, frequentar reuniões comunitárias e se reunir com outros cidadãos para discutir e levantar questões relevantes (*raise issues*). O autor encontra que os pobres têm maior probabilidade de participar tanto no nível comunitário quanto em atividades de protesto. Os indivíduos mais ativos, apesar de mais pobres, em média, são mais engajados cognitivamente com processos políticos, assim como mais participativos em associações para o desenvolvimento da comunidade e sindicatos. De acordo com o Mattes, “*in contrast to the common wisdom in South African politics, poverty does not limit participation (at least in the community level)*,

but rather increases it” (Mattes, pp. 133, 2008). Seekings e Mattisonn (2006) encontram evidências semelhantes às de Mattes (2008). Os autores encontram que, na Cidade do Cabo, os pobres também têm uma probabilidade maior de participar em atividades de ativismo (boicote, protesto, petições), assim como frequentar reuniões comunitárias e partidos. Adicionalmente, pobres não se mostram mais alienados de instituições centrais da democracia representativa do que outros grupos de maior renda. Segundo esses autores, a dimensão cognitiva e o recrutamento por associações voluntárias têm papéis centrais em impulsionar a participação de setores desprivilegiados da população.

Em síntese, as caracterizações e as contribuições analíticas trazidas pelas literaturas brasileira e sul-africana são substantivamente distintas. A literatura sobre comportamento político e raça no Brasil discute se raça é uma variável saliente na atuação política da população, o que indica que, de saída, raça é uma dimensão menos politizada da *polity* — marcado, por sua vez, pelas dimensões de classe. Além do mais, os mecanismos de operação da raça passam pela experiência individualizada de discriminação e preconceito. A literatura sul-africana toma como ponto de partida o efeito saliente da raça e tem sua principal divergência no estatuto da variável raça. As posições desse debate identificam raça com identidade de grupo, por engajamento cognitivo com a política e redes de recrutamento por associações voluntárias e, principalmente, pela expressão da raça através do sistema partidário — seja pela avaliação da atuação de partidos, seja pela “racialização” das imagens partidárias.

Evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo

Variáveis

A análise será baseada nos dados levantados no projeto do Hubble Social. A Pesquisa de Região Metropolitana de Belo Horizonte (PRMBH), realizada em 2005, é uma amostra probabilística e representativa da população da região metropolitana de

Belo Horizonte. O total de entrevistas realizadas foi de 1.122 pessoas⁵. O *Cape Town Area Survey* (CTAS) também foi realizado em 2005 e é uma amostra de 1.209 pessoas probabilística e representativa da região metropolitana da Cidade do Cabo⁶.

Por fim, a amostra belorizontina utilizada para a análise, depois de corrigida com os pesos amostrais, é de 1.010 casos (999 casos sem a correção por peso amostral)⁷. A base de dados da Cidade do Cabo mobilizada para análise possui, após a correção para peso amostral, 1,130 casos (1.090 casos sem a correção por peso)⁸.

Variáveis Dependentes

*Participação Política*⁹. Como mencionado anteriormente, são utilizadas duas variáveis de comportamento político. Para *participação em organizações políticas*, em Belo Horizonte, as seguintes organizações são utilizadas: partido político, associações de

⁵ O *survey* foi conduzido pelo Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CEPEQS), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Aguilar, 2005). A amostra foi baseada em três níveis de seleção. Áreas censitárias e domicílios foram selecionados aleatoriamente e o respondente também foi aleatoriamente selecionado entre os membros do domicílio, com mais de dezoito anos. A amostra inicial foi desenhada para 1.440 casos. A base de dados final incluiu pesos para a correção de viés (Suyama e Fernandes, 2007).

⁶ O *survey* foi realizado pelo Centre for Social Science Research (CSSR), na Universidade da Cidade do Cabo (UCT) (Seekings, Jooste, Langer, Maughan-Brown, 2005). Foi utilizado um plano amostral de três níveis. Foram selecionados áreas de enumeração (EA) e domicílios dentro dessas EA e, dentro do domicílio, o respondente também foi aleatoriamente selecionado, dentre os indivíduos com mais de dezoito anos. A amostra inicial era composta de 1.200 indivíduos. A amostra final inclui pesos para a correção de viés.

⁷ Com relação ao banco de dados de Belo Horizonte, qualquer indivíduo que se identificou como “indígena”, “amarelo” (de acordo com as categorias do IBGE) ou “outro” foi excluído da análise⁷. Referente ao banco de dados da Cidade do Cabo, qualquer respondente identificado como “Indian”, “outro” ou se recusou a se identificar racialmente foi excluído da análise⁷. Dois motivos levaram a essa escolha. Primeiramente, o número e proporção total de indivíduos excluídos eram insuficientes para qualquer análise substantiva. Em segundo lugar, o debate acerca de raça e comportamento político na África do Sul e, principalmente, no Brasil, tem como objeto a relação entre negros e brancos. Por fim, é importante mencionar que não se ignora a relevância de atributos etnolinguísticos na África do Sul. Entretanto, o principal debate acerca de comportamento político está em torno da noção de raça, apesar de existirem contribuições relevantes que mobilizam o debate sobre etnia (e.g. MacLaughlin, 2007). Além do mais, devido ao tamanho da amostra, a análise substantiva acerca dos diversos grupos étnicos certamente ficaria prejudicada.

⁸ Todas as análises multivariadas foram computadas com os casos sem a incorporação dos pesos.

⁹ A medida de participação aqui utilizada busca se aproximar das medidas utilizadas por Verba *et al.* na sua análise do Modelo do Voluntarismo Cívico. Mas, deve-se ressaltar, existem constrangimentos para a replicação das medidas neste trabalho de três ordens: 1) comparabilidade; 2) limites dos questionários⁹; e 3) distribuição das variáveis. Ver Bueno (2010) para detalhes sobre a operacionalização e limites de comparabilidade.

proteção ao consumidor, comunitárias ou de vizinhança¹⁰, partidos políticos, negócios e comércio, movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e orçamento participativo. Na Cidade do Cabo, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e de proprietários e organizações de direitos humanos.

A variável do chamado *ativismo político* é composta dos seguintes itens. Em Belo Horizonte, reunião da comunidade, abaixo-assinado e manifesto, campanha de arrecadação, boicote, passeata, greves e ocupações de prédios. Na Cidade do Cabo, quase todas as mesmas variáveis são utilizadas. Na variável criada para a Cidade do Cabo não foi incluída a ocupação de edifícios e foi incluída a mobilização por um tema (*issue*) na comunidade.

Variáveis Independentes

Participação não política. Em Belo Horizonte, as associações classificadas como não políticas são: de caridade, esportivas e recreativas, religiosas, grupos não religiosos de jovens e de autoajuda e de direitos humanos (consideradas como não políticas, uma vez que as associações citadas pelos respondentes, em sua maioria absoluta, são associações de caridade — sem tomada pública de posição política)¹¹. Na Cidade do Cabo, as seguintes organizações são consideradas não políticas: religiosas, comunitárias, de caridade¹².

Raça. Para classificar os entrevistados em grupos raciais foram utilizadas as respostas às perguntas de autoclassificação racial. No Brasil, a classificação oficial do IBGE oferece cinco categorias para autoidentificação: 1) branco; 2) preto; 3) pardo; 4) amarelo; e 5)

¹⁰As associações comunitárias foram classificadas de políticas, pois, em sua maioria, eram associações voltadas para a melhoria do bairro ou busca de recursos para grupos específicos. Em outras palavras, elas disputavam com outras associações recursos públicos (da prefeitura e de outros órgãos) para sua atuação.

¹¹ Em Belo Horizonte, indivíduos também foram perguntados se eles participavam de associações voltadas a temas específicos (saúde, educação, cultura, meio-ambiente). Entretanto, as associações mencionadas pelos entrevistados frequentemente se sobrepunham a outros tipos de associações (principalmente comunitárias), assim como eram compostas de associações políticas e não políticas. Assim, elas não foram incluídas na análise. Como somente quarenta e quatro indivíduos (4% dos entrevistados) reportaram atuação em organizações voltadas para temas, essa exclusão não afetou substantivamente os resultados.

¹² Para essas três variáveis, participação em organizações políticas, ativismo e participação em organizações não políticas, foram criadas variáveis binárias, codificando 1 para quem é ativo (politicamente ou não politicamente) e 0 quem não é ativo.

indígena. As categorias pretos e pardos são agregadas na categoria negros. Para o caso sul-africano, o questionário oferece cinco categorias raciais: *African*, *Black*, *Coloured*, *Indian* e *White*. Indivíduos que se identificaram como *Black* e *African* foram agregados na mesma categoria, denominada *African*. Raça, por fim, foi categorizada como *African*, *Coloured* e *White*.

Escolaridade. Em Belo Horizonte, foi construída uma variável discreta de zero a dezessete anos completados com sucesso. Na Cidade do Cabo, não é possível o cálculo de anos completos de escolaridade com sucesso. Foram construídas quatro medidas cujos resultados convergem. Utilizou-se, portanto, a medida mais corrente nos estudos eleitorais, na qual se destaca se o indivíduo completou ou não o ensino médio (*matric*): 0 a 9 anos, 10 e 11, 12 (*matric*) e mais de 12.

Renda. Como medida de renda se usa renda domiciliar per capita, em Belo Horizonte, e renda familiar, para a Cidade do Cabo. Na Cidade do Cabo, a medida de renda disponível no questionário é renda familiar total por estratos de renda¹³. Foram utilizadas categorias agregadas de renda, divididas de acordo com as seguintes categorias: 0 a 1000 R, 1001 a 3000 R, 3001 a 5000 R, 5001 a 10000 R, mais de 10000 R ao mês (em algumas análises, as duas últimas categorias são agregadas).

Resultados

Na amostra de Belo Horizonte, 11,3% dos respondentes declararam participar de ao menos uma organização política e, na amostra da Cidade do Cabo, 16,1% dos respondentes declararam ser ativos em ao menos uma organização política. Em termos

¹³ O banco de dados também fornece a média da renda da vizinhança (distrito). Nas análises exploratórias e bivariadas, os resultados da medida agregada diferem dos resultados encontrados com a medida coletada pelo *survey*. Quando se usa renda média da vizinhança, o efeito da renda se torna mais substantivo, estatisticamente significativo e, adicionalmente, negativo. Assim, indivíduos residentes em áreas de menor renda têm maior probabilidade de participar. Os problemas correntemente levantados sobre o uso de medidas agregadas se referem a questões de falácias ecológicas. Entretanto, a medida de renda familiar presente no questionário também apresenta uma série de problemas: não se sabe a distribuição da renda no domicílio, o número de casos sem informação (*missing cases*) é alto e poderia conter algum viés. Talvez a imputação de dados para a renda familiar trouxesse alguma melhora na estimação, mas está além, no momento, da minha capacidade de operacionalização. Assim, foi escolhido usar a variável de renda familiar por estar mais próxima da operacionalização utilizada em Belo Horizonte.

de ativismo, o quadro se inverte, com maior proporção de indivíduos ativos em Belo Horizonte (69,2%) do que na Cidade do Cabo (48,5%).

Em Belo Horizonte, dos que declararam participar de alguma atividade política, a maior parte atua em algum sindicato (4,0%) e organização comunitária (3,8%), seguidos de associação profissional (2,8%), partido político (1,3%), orçamento participativo (1,1%), associações empresariais e patronais (0,9%), entidade estudantil (0,6%) e associação de defesa do consumidor (0,4%)¹⁴. Na Cidade do Cabo, a maioria dos indivíduos que atuam politicamente declarou participar de partido político (10,9%), seguidos de sindicatos (3,8%), associações profissionais e de negócios (2,5%) e associações de direitos humanos (1,2%)¹⁵. Em termos de ativismo, temos o seguinte quadro, para, respectivamente, Belo Horizonte e Cidade do Cabo: reunião em comunidade (26,4% e 31,5%), abaixo-assinado/manifesto (54,6% e 17,4%), campanha de arrecadação (27,9% e 18,2%), boicote (15,5% e 5,2%), passeata (23,7% e 8,7%), greve (14,4% e 8,6%). Especificamente para Belo Horizonte, 1,5% declarou já ter participado em ocupações de edifícios e, na Cidade do Cabo, 19,5% declararam já terem se mobilizado na comunidade com relação a algum tema (*issue*).

Quando se analisa a distribuição da participação por grupos de raça, encontra-se que raça aparenta ser um atributo relevante para a participação política. Na Cidade do Cabo, indivíduos que se declaram como *African* são nitidamente mais ativos que indivíduos que se declaram como *Coloured* ou *White*. Em Belo Horizonte, encontra-se certa diferença na participação em organizações políticas entre indivíduos de diferentes grupos de cor, sendo brancos proporcionalmente mais ativos do que negros ou pretos e pardos, ao passo que não se encontra diferença relevante em ativismo político entre brancos e negros. Apesar de em ambas as cidades raça e participação política serem associados (pelo menos em uma dimensão)¹⁶, a intensidade da associação é

¹⁴ Em termos de organizações não políticas, a maioria se declara ativa em associação religiosa (25,9%), seguido de associações de caridade (7,9%), esportivas ou recreativas (5,6%), associações ligadas a temas específicos, como educação e saúde (4,5%), associações de direitos de minorias (3,1%), grupos de jovens não religiosos (0,9%), associações de autoajuda (0,6%).

¹⁵ Em termos de organizações não políticas, a maioria se declara ativa em organização religiosa (61%), em associações recreativas/esporte (15,2%), em *community-based associations* (12,5%), caridade (8,5%), *school-based committee* (5,8%).

¹⁶ Como apontam os testes de qui-quadrado.

aparentemente mais forte na Cidade do Cabo do que em Belo Horizonte. Com relação à participação em organizações políticas, em Belo Horizonte, brancos têm, em média, 1,5 vezes mais chances do que negros de participarem. Já na Cidade do Cabo, *Africans* têm, em média, 3,4 e 5,1 vezes mais chances de serem ativos politicamente do que *Whites* e *Coloureds*, respectivamente.

Tabelas 1: Participação Política, segundo Grupos Raciais – Belo Horizonte

Tabela 1.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
Branco	16,23	83,77
Negro	8,28	91,72
Total	11,30	88,70

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 14,99; graus de liberdade: 1

Tabela 1.2. Ativismo Político

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
Branco	71,5	28,5
Negro	67,8	32,2
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 1,50; graus de liberdade: 1

Tabelas 2: Participação Política, segundo Grupos Raciais — Cidade do Cabo

Tabela 2.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
<i>African</i>	28,87	71,13
<i>Coloured</i>	7,26	92,74
<i>White</i>	10,00	90,00
Total	16,10	83,90

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 85,16, graus de liberdade: 1

Tabela 2.2. Ativismo Político

<i>Raça</i>	Sim (%)	Não (%)
<i>African</i>	54,9	45,1
<i>Coloured</i>	45,2	54,8
<i>White</i>	42,5	57,5
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 12,24 ; graus de liberdade: 1

É necessário examinar não só a questão racial, mas verificar se e em que medida os recursos como renda, escolaridade e participação não política estão associados à participação política, seja em organizações políticas, seja no engajamento em ativismo político.

Em termos de renda, identifica-se nitidamente uma diferença entre Belo Horizonte e Cidade do Cabo. Como se pode ver nas tabelas abaixo, em Belo Horizonte,

quanto maior o estrato de renda, maior a proporção de indivíduos que são ativos politicamente em organizações políticas, em especial os indivíduos com mais do que quatro salários mínimos de renda domiciliar per capita. Com relação ao ativismo político, pode-se ver que o aumento na proporção de indivíduos que se mobilizam politicamente aumenta de forma menos intensa, assim como não há uma queda na proporção dos indivíduos atuantes politicamente do estrato de um a dois salários mínimos para indivíduos no grupo de dois a três salários mínimos per capita.

Tabelas 3: Participação Política, segundo Renda Familiar Per Capita — Belo Horizonte

Tabela 3.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Renda Familiar per capita</i>	Sim (%)	Não (%)
Até 1 Salário Mínimo	6,06	93,94
De 1 a 2 Salários Mínimos	5,56	94,44
De 2 a 3 Salários Mínimos	18,18	81,82
De 3 a 4 Salários Mínimos	11,90	88 10
Mais do que 4 Salários Mínimos	37,41	62,59
Total	11,3	88,7

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 106,7; graus de liberdade: 4

Tabela 3.2 Ativismo Político

<i>Renda Familiar per capita</i>	Sim (%)	Não (%)
Até 1 Salário Mínimo	64,2	35,8
De 1 a 2 Salários Mínimos	70,6	29,4
De 2 a 3 Salários Mínimos	64,6	35,4
De 3 a 4 Salários Mínimos	75,6	24,4
Mais do que 4 Salários Mínimos	77,2	22,8
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 9,696; graus de liberdade: 4

Na Cidade do Cabo, encontra-se que a proporção dos indivíduos que participam politicamente pouco varia (ou varia menos nitidamente) em diferentes níveis de renda, e isso vale tanto para participação em organizações política quanto em ativismo político¹⁷. Com relação ao ativismo político, nota-se que indivíduos no menor e no maior estratos de renda são mais ativos do que os indivíduos entre eles. De qualquer maneira, as

¹⁷ Os testes de qui-quadrado indicam a associação entre as variáveis de renda e participação em Belo Horizonte, mas os mesmos testes não corroboram a associação entre renda e participação na Cidade do Cabo. É importante lembrar que se fosse usada uma medida distinta de renda (uma medida agregada da renda média da vizinhança), haveria uma associação significativa entre renda e participação, sendo que os indivíduos situados em vizinhanças de menor renda participariam mais do que indivíduos em vizinhança de maior renda média.

diferenças não são tão substantivas ao ponto de levar a uma dependência estatística significativa entre as variáveis.

Tabelas 4: Participação Política, segundo Renda Familiar — Cidade do Cabo

Tabela 4.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Renda Familiar</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 1000 R	19,34	80,66
1001 a 3000R	19,34	80,66
3001 a 5000 R	19,40	80,60
Mais que 5000 R	15,42	84,5
Total	16,10	83,90

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 1,759; graus de liberdade: 3

Tabela 4.2. Ativismo Político

<i>Renda Familiar</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 1000 R	55,3	44,7
1001 a 3000R	47,5	52,4
3001 a 5000 R	48,7	52,3
Mais que 5000 R	54,7	45,3
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 4,246; graus de liberdade: 3

Com relação à escolaridade, encontra-se cenário semelhante. Em Belo Horizonte, nos estratos de maior escolaridade, há maior a proporção de indivíduos que participam politicamente.

Tabelas 5: Participação Política, segundo Níveis de Escolaridade — Belo Horizonte

Tabela 5.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 8 anos	4,17	95,83
9 a 11 anos	13,29	86,71
Mais de 11 anos	27,66	72,34
Total	11, 0	88,70

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 90,86; graus de liberdade: 2

Tabela 5.2. Ativismo Político

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 8 anos	63,9	36,1
9 a 11 anos	73,4	26,6
Mais de 11 anos	85,0	15,0
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 20,76; graus de liberdade: 2

Por outro lado, na Cidade do Cabo, encontra-se pouca variação na proporção dos indivíduos que participam em organizações políticas, com relação aos níveis de escolaridade. Já referente ao ativismo político, na Cidade do Cabo, encontra-se maior associação com escolaridade, mas ela sugere que indivíduos de menor escolaridade são mais ativos politicamente¹⁸. Interessantemente, tanto a variação de escolaridade quanto a de renda, na Cidade do Cabo, em ativismo político indica uma maior atuação política

¹⁸ Os testes de qui-quadrado indicam a associação entre as variáveis de escolaridade e participação em Belo Horizonte, mas os mesmos testes não corroboram a associação entre escolaridade e participação em organizações políticas na Cidade do Cabo, para diferentes medidas de escolaridade. Por outro lado, há uma dependência estatística significativa entre ativismo político e escolaridade na Cidade do Cabo.

no menor e no maior nível de escolaridade e renda, com uma baixa nos estratos intermediários.

Tabelas 6: Participação Política, segundo Níveis de Escolaridade — Cidade do Cabo

Tabela 6.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 9 anos	15,90	84,10
10 a 12 anos	16,13	83,87
Mais de 12 anos	16,04	83,96
Total	11,30	88,70

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 0,008; graus de liberdade: 2

Tabela 6.2. Ativismo Político

<i>Escolaridade</i>	Sim (%)	Não (%)
0 a 9 anos	53,0	47,0
10 a 12 anos	42,3	57,7
Mais de 12 anos	51,0	49,0
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 :10,18 encontrado; graus de liberdade:2

Com relação à participação em organizações não políticas, encontra-se que, em ambas as cidades, há associação entre participação política, nas duas dimensões, e não política. Indivíduos que são ativos em organizações não políticas têm mais chances de também ser ativos politicamente do que indivíduos que não participam de organizações não políticas.

Tabelas 7: Participação Política, segundo Participação Não Política — Belo Horizonte

Tabela 7.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Participação Não Política</i>	Sim (%)	Não (%)
Sim	19,22	80,78
Não	6,40	93,60
Total	11,30	88,70

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado: 39,105, graus de liberdade: 1

Tabela 7.2. Ativismo Político

<i>Participação Não Política</i>	Sim (%)	Não (%)
Sim	75,74	24,26
Não	65,11	34,89
Total	69,2	30,8

Fonte: PRMBH, 2005

Nota: X^2 encontrado:12,21; graus de liberdade: 1

Tabelas 8: Participação Política, segundo Participação Não Política — Cidade do Cabo

Tabela 8.1. Participação em Organizações Políticas

<i>Participação Não Política</i>	Sim (%)	Não (%)
Sim	20,79	79,21
Não	5,90	94,10
Total	16,10	83,90

Fonte: CTAS, 2005

Nota: X^2 encontrado: 39,91, graus de liberdade: 1

Tabela 8.2. Ativismo Político

<i>Participação Não Política</i>	Sim (%)	Não (%)
Sim	56,9	43,1
Não	29,7	70,3
Total	48,5	51,5

Fonte: CTAS, 2005

Notes X^2 encontrado: 70,04; graus de liberdade: 1

Se se fosse narrar uma história sobre os ativistas de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo, encontrar-se-iam as seguintes personagens prováveis, que retratam o perfil dos ativistas médios:

Com relação à participação em organizações políticas, em Belo Horizonte, a personagem provavelmente seria ativa numa associação comunitária ou em um sindicato, teria cerca de onze anos de escolaridade, ou seja, estaria pelo menos entre os 40% mais escolarizados, com renda per capita de aproximadamente mil e cem reais, o que a coloca aproximadamente entre os 12% de maior renda, e seria mulher¹⁹. Já a provável história da nossa personagem sul-africana começaria com sua atuação num partido e seria homem. Como seu perfil de escolaridade e renda é pouco determinado, a personagem provavelmente teria os valores modais da população, ou seja, 1001 a 3000 R de renda familiar e de dez a doze anos de escolaridade. Em ambos os casos, nossas personagens seriam provavelmente ativas em alguma associação religiosa. Com relação à raça, o ativista sul-africano muito provavelmente se declararia como *African*, ao passo que, em Belo Horizonte, a personagem se identificaria como branca.

¹⁹ Ainda que neste trabalho a relação entre gênero e comportamento político não seja analisado, pois exige a mobilização de uma considerável literatura específica, encontramos diferenças de participação entre homens e mulheres em ambos os contextos. Em Belo Horizonte, mulheres são mais ativas politicamente que homens (ver Simões, Reis, Biagioni, Fialho e Bueno, 2009) e, na Cidade do Cabo, homens são mais ativos politicamente do que mulheres.

Relativamente ao ativismo político, em Belo Horizonte, a ação mais comum entre a maior parte dos indivíduos que já fizeram um ato político foi assinar algum manifesto — ainda que parte significativa, aproximadamente 40%, dos que já assinaram algum manifesto também já participou em reuniões na comunidade ou em campanhas de arrecadação. Sua renda familiar per capita média é de cerca de seiscentos reais, entre os 23% de maior renda familiar per capita, e com cerca de nove anos de escolaridade (45% com maior escolaridade). A personagem seria, provavelmente, mais uma vez, mulher. Na África do Sul, sua atividade mais provável seria reunir-se com outros na comunidade. Seus valores de renda seriam, como no caso da atuação em organizações políticas, o valor modal da população, e no caso de escolaridade, é mais provável que tivesse entre zero a nove anos de estudo, ou seja, menos escolaridade que a escolaridade modal; a personagem muito provavelmente seria homem. Novamente, em ambos os casos, nossas personagens seriam provavelmente ativas em alguma associação religiosa, simultaneamente ao engajamento em ativismo político. Em Belo Horizonte, é difícil determinar a identificação racial da personagem engajada em ativismo político, mas, tendo em vista que “negros” é a categoria modal da população, pode-se dizer que a personagem se classificaria com negra. Na Cidade do Cabo, por outro lado, há um perfil nítido: nossa personagem se declararia muito provavelmente como *African*.

Entretanto, de saída, vários desses atributos estão associados: o pertencimento a certo grupo racial/cor tende a ter padrões fortes de associação com níveis de escolaridade e renda. Portanto, é necessário sofisticar um pouco a análise para se identificar os efeitos e as associações entre as variáveis.

Antes de analisar os valores específicos de cada variável, é necessário especificar o modelo multivariado, não só em termos analíticos, mas também é necessário verificar sua robustez empírica. Foram construídos vários modelos de regressão logística para identificar o efeito de cada variável. Os modelos foram construídos de maneira a incluir as variáveis relevantes passo a passo e, assim, identificar seus efeitos paulatinamente. Foram construídos quatro modelos para cada variável dependente (ativismo e participação em organizações políticas: 1) raça como única variável independente; 2) renda e escolaridade como variáveis independentes (modelo socioeconômico); 3) raça, renda e escolaridade como variáveis independentes,

e 4) modelo completo: raça, renda, escolaridade e participação não política como variáveis independentes.

Primeiro, é interessante avaliar o ajuste dos quatro modelos nas figuras abaixo. A curva ROC avalia comparativamente as performances dos modelos. A linha diagonal representa como seria a curva ROC (King e Zeng, 2001, p.640) caso os resultados fossem selecionados aleatoriamente (ou seja, sem relação com os dados). O topo do canto superior direito representa 100% de 1s e 0s corretamente preditos. Quanto mais próximo do canto superior direito, melhor é o ajuste do modelo (King e Zeng, 2001).

Belo Horizonte — Modelos de Participação em Organizações Políticas

Figura 1: Raça versus Socioeconômico

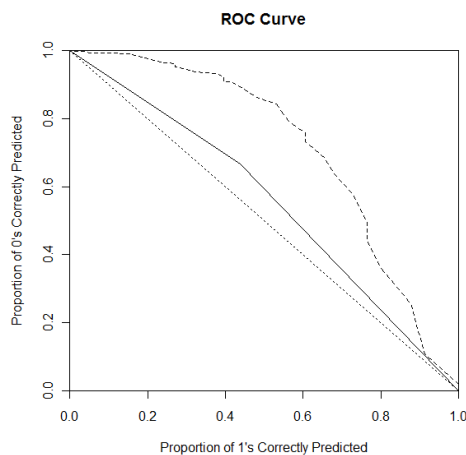
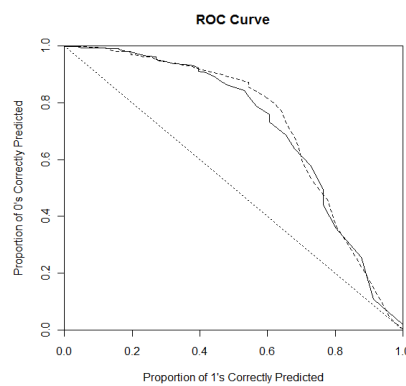


Figura 2: Socioeconômico versus Modelo

Modelo Completo



Na figura 1 acima, a linha sólida representa o modelo 1 (somente com raça) e a linha tracejada representa o modelo 2 (socioeconômico, somente com escolaridade e renda). Como pode ser visto, o modelo socioeconômico é nitidamente superior ao modelo somente com raça, em termos de ajuste preditivo. Na figura 2, a linha sólida representa o modelo socioeconômico, e a linha tracejada representa o modelo completo (renda, escolaridade, raça e participação não política). O modelo completo apresenta melhor ajuste do que o modelo socioeconômico, ainda que não tão claramente; o modelo socioeconômico é melhor do que o modelo somente com

raça, o que indica que a melhora em termos de ajuste do modelo completo é marginal. De qualquer maneira, as duas figuras já indicam a importância das variáveis socioeconômicas para Belo Horizonte para a predição da participação em organizações políticas.

Belo Horizonte — Modelos de Participação em Ativismo Político

Figura 3: Raça versus Socioeconômico

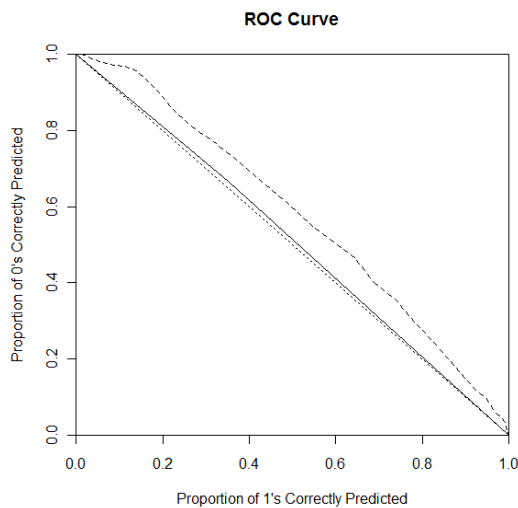
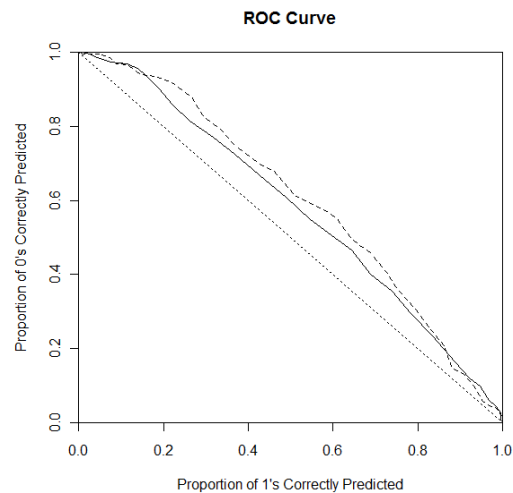


Figura 4: Socioeconômico versus Modelo Completo



Na figura 3, a linha sólida representa o modelo somente com raça, e a linha tracejada indica o acerto do modelo socioeconômico para a predição do ativismo político em Belo Horizonte. Assim como ocorreu nos modelos sobre participação em organizações política, o modelo somente com raça é pouco — ou nada — preditivo, e o modelo socioeconômico apresenta melhor desempenho preditivo. E, novamente, o modelo completo apresenta melhor ajuste do que o modelo socioeconômico, e é mais nítida a melhora no ajuste do modelo completo do que na participação em organizações políticas. Entretanto, em termos gerais, os modelos tiveram melhor desempenho em termos de capacidade de predição para a participação em organizações políticas do que em ativismo político.

Cidade do Cabo — Participação em Organizações Políticas
Figura 5: Raça versus
Socioeconômico

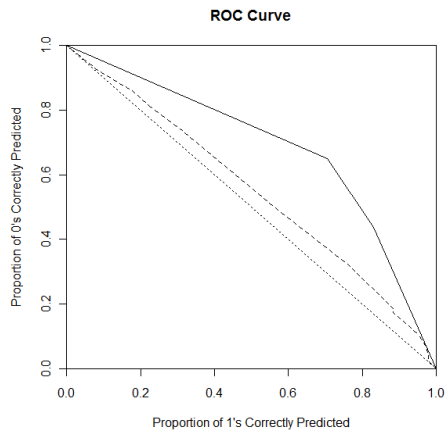
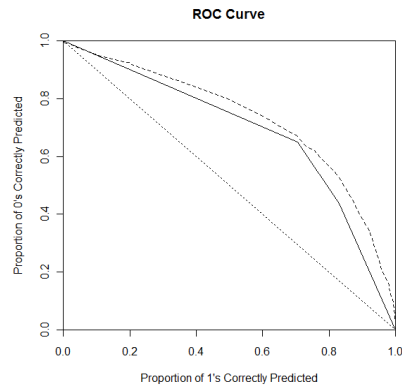
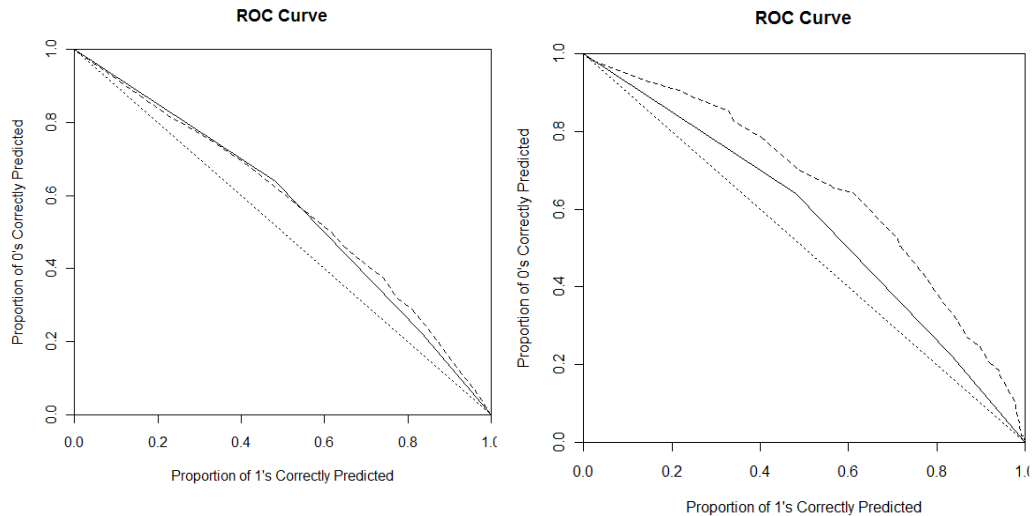


Figura 6: Raça versus Modelo
Completo



As figuras 5 e 6, por sua vez, referem-se à África do Sul, para a participação em organizações políticas. Na figura 5, a linha sólida representa o modelo 1, só com raça como variável independente, e a linha tracejada indica o desempenho do modelo socioeconômico, que é composto das variáveis de educação e renda. Como pode ser visto, ocorre exatamente o oposto do que foi encontrado em Belo Horizonte. O modelo somente com raça apresenta nitidamente melhor ajuste do que o modelo que inclui renda e escolaridade. Na figura seguinte, compara-se o modelo completo (com renda, escolaridade, raça e participação não política) com o modelo somente com raça (que mostrou melhor desempenho do que o socioeconômico). Dessa vez, encontra-se o mesmo padrão do que em Belo Horizonte: o modelo completo possui melhor ajuste preditivo do que o modelo somente com raça, ainda que o incremento seja marginal.

Cidade do Cabo — Participação em Ativismo Político
Figura 7: Raça versus Socioeconômico **Figura 8: Raça versus Modelo Completo**



Os testes de ajuste de modelo para ativismo político, na Cidade do Cabo, comportam-se distintamente dos testes para participação em organizações políticas. Na figura 7, a linha sólida representa o modelo somente com raça, e a linha tracejada representa o modelo socioeconômico. O ajuste do modelo somente com raça é marginalmente inferior ao ajuste do modelo socioeconômico. Já na figura 8, a linha sólida representa o modelo somente com raça, e a linha tracejada representa o modelo completo. Como se pode ver, o modelo completo é nitidamente superior ao modelo somente com raça.

Esses testes de ajustes já mostram dois pontos relevantes. Em primeiro lugar, o modelo completo é robusto não só analiticamente, como também empiricamente. Em segundo lugar, pela simples análise dos ajustes dos modelos, já se notam diferenças relevantes em termos da importância das variáveis socioeconômicas e raça em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo, com a aparente maior relevância da renda e educação como determinantes naquela cidade e da raça nesta.

Para a análise do efeito do pertencimento ao grupo racial, serão utilizadas “primeira diferença” e “risco relativo”, que são adequadas para comparar o efeito da variação entre categorias de variáveis nominais, como raça. A “primeira diferença” e o “risco relativo” ainda permitem determinar o efeito das variáveis mantendo as outras variáveis independentes constantes, mas, além disso, também tornam possível identificar as diferenças em probabilidade e risco ao se passar de uma categoria para outra. Mais especificamente, as primeiras diferenças são o aumento na probabilidade da mudança de uma categoria para outra²⁰. O risco relativo é o fator pelo qual a probabilidade aumenta, quando a variável explanatória muda de uma categoria para outra (X_0 to X_1)²¹. Assim, quando o intervalo da primeira diferença contém o zero (0) e o intervalo do risco relativo contém o um (1), significa que não se encontra diferença substantiva entre as categorias em análise.

Resta saber, portanto, como raça se comporta, uma vez controlada por esses recursos (renda, escolaridade e participação não-política) — ou seja, qual o papel da raça como determinante a participação. Em síntese, a análise multivariada mostra que: tanto para ativismo quanto para participação em organizações políticas, raça se mostra relevante para o caso sul-africano e não aparenta importar para o caso brasileiro.

Tabela 9. Participação em Organizações Políticas e Ativismo, por Grupo Racial — Belo Horizonte

De Negro para Branco	Risco Relativo (com intervalo de 95% de confiança)	Primeira Diferença (com intervalo de 95% de confiança)
Participação em Organizações Políticas	0,953 (0,565, 1,464)	-0,005 (-0,041, 0,032)
Ativismo Político	0,93 (0,84, 1,04)	-0,04 (-0,11, 0,03)

Fonte: PRMBH, 2005

²⁰ Ou seja, $\Pr(Y = 1|X_1) - \Pr(Y = 1|X_0)$.

²¹ Ou seja, $\Pr(Y = 1|X_1) / \Pr(Y = 1|X_0)$.

Tabela 10. Participação em Organizações Políticas e Ativismo Político, por Grupo Racial — Cidade do Cabo

	Risco Relativo (com intervalo de 95% de confiança)	Primeira Diferença (com intervalo de 95% de confiança)
De <i>White</i> para <i>African</i> Participação em Organizações Políticas	3,018 (1,508, 5,684)	0,177 (0,0856, 0,256)
De <i>Coloured</i> para <i>African</i> Participação em Organizações Políticas	4,138 (2,672, 6,242)	0,210 (0,152, 0,273)
De <i>White</i> para <i>Coloured</i> Participação em Organizações Políticas	0,765 (0,358, 1,448)	-0,030 (-0,105, 0,027)
De <i>White</i> para <i>African</i> Ativismo	1,45 (1,07, 1,98)	0,17 (0,03, 0,29)
De <i>Coloured</i> para <i>African</i> Ativismo	1,24 (1,04, 1,46)	0,10 (0,02, 0,19)
De <i>White</i> para <i>Coloured</i> Ativismo	1,17 (0,86, 1,59)	0,05 (-0,06, 0,18)

Fonte: CTAS, 2005

No caso belorizontino, tanto para participação em organizações políticas como em ativismo, pode-se ver que o intervalo da primeira diferença entre a probabilidade de brancos e negros passa pelo zero, assim como que o intervalo do risco relativo de brancos e negros passa por um. Portanto, não se encontra diferença substantiva entre brancos e negros na probabilidade de participar de organizações políticas — mesmo se se considera um intervalo de confiança menos rígido, como 90%. Por outro lado, na Cidade do Cabo, pertencer ao grupo *African* leva a maior probabilidade de participar, com relação tanto a *White* quanto a *Coloured*. Não se nota diferença substantiva na probabilidade de participar entre *Coloured* e *White*. Entretanto, aparentemente, pertencer ao grupo *African* gera efeitos mais significativos para a participação em organizações políticas do que para o ativismo político, uma vez que a magnitude média

do risco relativo é maior para as análises da participação em organizações políticas do que para a análise do ativismo político.

Mais do que prever as chances de indivíduos negros participarem mais em relação a indivíduos brancos, as hipóteses sobre o comportamento político indicam quais os fatores são mais importantes como determinantes na propensão à atuação política e, assim, qual é o perfil dos indivíduos que participam politicamente. Em outras palavras, de modo que a interpretação dos resultados será orientada a partir das simulações de valores esperados e probabilidades preditas feitas com base nos modelos de regressão (cujas tabelas se encontram no apêndice). As tabelas apresentam tanto a estimativa da média do valor esperado quanto os intervalos de confiança dessas estimativas (com 95% de confiança). Assim como no caso da significância estatística, essa leitura dos dados não deve ser levada a ferro e fogo, uma vez que há fatores (como o tamanho amostral, a especificação do modelo e nível de confiança para as construções do intervalo de confiança) que afetam a estimativa das probabilidades e, por isso, devem ser olhados para a identificação de tendências.

As tabelas que se seguem apresentam os valores esperados referentes à probabilidade de participação para os indivíduos com perfis definidos de acordo com a raça, posse de recursos socioeconômicos e participação em associação não política. Indivíduos com baixa escolaridade e renda são intitulados “baixo”, com escolaridade e renda medianas e modais são denominados “modal” e “mediano” e com escolaridade e renda altas são denominados “alto”²².

Esses resultados multivariados convergem com os resultados encontrados na análise bivariada dos dados, apesar de ficar mais nítido com esse tipo de análise que raça não é atributo que distingue quem participa e quem não participa em Belo Horizonte.

Em Belo Horizonte, pode-ser ver pela tabela abaixo que não encontramos diferenças relevantes entre negros e brancos em diversos níveis em termos de posse de

²² A definição de baixo, mediano e alto, no caso belorizontino, foi aritmética. É baixa aqueles com valor no primeiro quartil (25%) de *renda e escolaridade*, mediana aqueles com valores na mediana, ou seja, 50% dos casos, e alta aqueles com valor no terceiro quartil, 75%.

recursos²³, pois há uma sobreposição clara dos intervalos de confiança e valores muito próximos das médias das estimativas de probabilidades. E, para todos os grupos raciais e níveis de recurso, participar numa organização não política eleva a probabilidade de participar. Contudo, pode-se ver que ser mais escolarizado e ter mais renda certamente elevam a probabilidade de participar: indivíduos com grande posse de recursos têm probabilidades substantivamente maiores do que indivíduos com pequena posse de recursos. Além do mais, nota-se um crescimento claro na probabilidade de participar para cada aumento no nível de recurso.

Tabela 11.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política — Belo Horizonte

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
Branco – Baixo	0,02 (0,01, 0,04)	0,05 (0,02, 0,09)
Branco – Mediano	0,05 (0,03, 0,08)	0,10 (0,05, 0,15)
Branco – Alto	0,10 (0,06, 0,14)	0,16 (0,10, 0,23)
Negro – Baixo	0,02 (0,017, 0,04)	0,05 (0,02, 0,08)
Negro – Mediano	0,06 (0,04, 0,08)	0,10 (0,07, 0,14)
Negro – Alto	0,10 (0,07, 0,15)	0,18 (0,12, 0,24)

Fonte: PRMBH, 2005

Mais uma vez, não há relação nítida entre raça e ativismo político em Belo Horizonte. As probabilidades de participação de brancos e negros são bastante semelhantes para os diversos níveis de recursos, para indivíduos que participam e não

²³ A primeira diferença, contrastando as probabilidades de um grupo em relação a outro, entre negros e brancos, corrobora esse resultado.

participam em organização não política. Quanto maior o nível de recursos, nota-se certo aumento nos valores médios esperados da probabilidade a participar. Apesar desse aumento, ainda há sobreposição entre os intervalos de confiança em diversos níveis, o que indica que o efeito dos recursos é menos intenso para ativismo político do que para participação em organizações políticas.

Tabela 11.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política — Belo Horizonte

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
Branco – Baixo	0,56 (0,46, 0,65)	0,66 (0,57, 0,75)
Branco – Mediano	0,63 (0,56, 0,69)	0,72 (0,65, 0,79)
Branco – Alto	0,68 (0,61, 0,75)	0,77 (0,70, 0,82)
Negro – Baixo	0,61 (0,55, 0,67)	0,70 (0,63, 0,77)
Negro – Mediano	0,67 (0,63, 0,72)	0,76 (0,70, 0,81)
Negro - Alto	0,73 (0,67, 0,78)	0,80 (0,75, 0,85)

Fonte: PRMBH, 2005

Na Cidade do Cabo, por outro lado, encontramos que *African* tem mais probabilidade de participar do que *White* e *Coloured* em diversos níveis de recursos²⁴, tanto em participação em organizações políticas quanto em ativismo político.

²⁴ A primeira diferença, contrastando as probabilidades de um grupo em relação a outro, entre *African*, *Coloured* e *White*, corrobora esse resultado.

Tabela 12.1. Probabilidade de Participação em Organizações Políticas, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política — Cidade do Cabo

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
<i>Coloured</i> – Baixo	0,02 (0,01, 0,04)	0,06 (0,03, 0,11)
<i>Coloured</i> – Modal	0,02 (0,01, 0,04)	0,07 (0,03, 0,12)
<i>Coloured</i> – Alto	0,04 (0,02, 0,09)	0,14 (0,08, 0,22)
<i>White</i> – Baixo	0,04 (0,01, 0,08)	0,12 (0,05, 0,22)
<i>White</i> – Modal	0,04 (0,01, 0,09)	0,14 (0,06, 0,26)
<i>White</i> – Alto	0,08 (0,03, 0,16)	0,23 (0,13, 0,35)
<i>African</i> – Baixo	0,09 (0,05, 0,16)	0,26 (0,18, 0,36)
<i>African</i> – Modal	0,11 (0,05, 0,18)	0,28 (0,19, 0,39)
<i>African</i> – Alto	0,20 (0,10, 0,34)	0,45 (0,30, 0,61)

Fonte: CTAS, 2005

Tabela 13.2. Probabilidade de Engajamento em Ativismo, segundo Raça, Níveis de Recursos e Participação Não Política — Cidade do Cabo

	Não Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)	Participa em Organização Não Política (com intervalo de 95% de confiança)
<i>Coloured</i> – Baixo	0,34 (0,25, 0,45)	0,56 (0,46, 0,66)
<i>Coloured</i> – Modal	0,22 (0,14, 0,30)	0,40 (0,30, 0,50)
<i>Coloured</i> – Alto	0,44 (0,33, 0,57)	0,66 (0,55, 0,75)
<i>White</i> – Baixo	0,25 (0,15, 0,39)	0,45 (0,30, 0,60)
<i>White</i> – Modal	0,25 (0,15, 0,37)	0,45 (0,30, 0,60)
<i>White</i> – Alto	0,38 (0,27, 0,51)	0,59 (0,47, 0,70)
<i>African</i> – Baixo	0,45 (0,34, 0,56)	0,66 (0,58, 0,74)
<i>African</i> – Modal	0,29 (0,20, 0,40)	0,51 (0,41, 0,59)
<i>African</i> - Alto	0,55 (0,42, 0,68)	0,74 (0,65, 0,83)

Fonte: CTAS, 2005

Nota-se que, dentro dos grupos raciais, há certo aumento das estimativas médias da probabilidade de participar, especialmente da passagem dos níveis baixos e modal tenha certo aumento para os níveis alto. Por exemplo, indivíduos *White* com baixos níveis de recurso têm menor probabilidade *média* de participar do que indivíduos *White* com níveis altos de recursos. De qualquer maneira, os intervalos se sobrepõem significativamente para quase todos os níveis de recurso. Mais: indivíduos que se declaram *African* têm probabilidade média mais elevada do que indivíduos que se

declaram como *White* e como *Coloured*, independentemente do nível de recursos, mesmo que existam sobreposições relevantes entre os intervalos de confiança.

Para o ativismo político, indivíduos *African* apresentam maior probabilidade média de participar do que os indivíduos *White* e *Coloured*, nos diversos níveis de recursos. E, diferentemente da participação em organizações políticas, os recursos aparentam gerar algum tipo efeito na propensão à participação. Entretanto, tanto para indivíduos *African* quanto para *Coloured*, esses recursos não aparentam ter efeito linear, uma vez que a probabilidade de participar é maior nos níveis mais baixo e alto, com uma queda no patamar médio de posse de recursos.

Considerações finais

A análise mostra que as configurações da participação em Belo Horizonte e na Cidade do Cabo são bastante distintas. Apesar das já conhecidas similaridades entre os dois países (Schmitter, 1996; Lieberman, 2003), o papel da raça em duas importantes cidades apresenta diferenças relevantes.

Em Belo Horizonte, raça, uma vez controlada por outras variáveis, não mostra efeito relevante na probabilidade de participar, ou seja, pertencer a um grupo racial não é suficiente para distinguir aqueles que participam e os que não participam politicamente, quando se levam recursos em consideração. Por outro lado, na Cidade do Cabo, o pertencimento a um grupo racial é o fator mais substantivo para elevar a probabilidade de participação: declarar-se como *African* é o principal atributo que distingue os indivíduos ativos e os não ativos politicamente. Com relação aos recursos: encontra-se que, tanto em Belo Horizonte quanto na Cidade do Cabo, participar numa organização não política eleva as probabilidades de se participar politicamente. Em Belo Horizonte, renda e escolaridade se mostram como os determinantes principais para participar politicamente. Por outro lado, na África do Sul, renda e escolaridade não foram, na maior parte dos casos, variáveis relevantes para elevar a probabilidade de participação.

Secundariamente, em ambas as cidades, a participação em organizações não políticas se mostrou um determinante relevante à participação política. Embora esse achado seja significativo, devido à importância do conceito de habilidades cívicas na

literatura sobre comportamento político e também devido ao fato de a principal participação em organização não política nessas duas cidades serem associações religiosas, esse não é o foco deste trabalho. Além do mais, os problemas de mensuração e potencial endogeneidade fazem com que o achado seja visto com mais cuidado. Adicionalmente, também se encontraram algumas diferenças entre os resultados para a participação em organizações políticas e o ativismo político. O modelo baseado em recursos mostrou melhor ajuste para a participação em organizações políticas do que para o ativismo político, assim como os efeitos das variáveis apresentaram valores mais substantivos nos modelos para organizações políticas do que para ativismo político (por exemplo, diferenças entre grupos raciais na Cidade do Cabo foram mais nítidas para a participação em organizações políticas do que para ativismo político). Isso significa que o modelo especificado (com raça e recursos) se mostrou mais adequado à participação em organizações políticas – o que, talvez, seja explicado pelo fato de que participar em organizações políticas seja mais demandante de recursos, como argumentado anteriormente, e por ativismo ter determinantes motivacionais ou contextuais mais relevantes (Norris, 2003).

No plano analítico, foram identificados dois momentos analíticos na obra de Verba e colaboradores, diferenciados tanto pelos efeitos imputados à raça, quanto pela natureza da unidade analítica associada à raça. No primeiro momento, raça opera através de efeitos indiretos, como variável interveniente, e seus efeitos (indiretos) se dão por expressão de consciência ou solidariedade raciais ou por instituições políticas cujas bases sociais relevantes e clivagens políticas mobilizadas sejam de cunho racial. Já no segundo momento, raça opera através do desenvolvimento de habilidades individuais em espaços que são racialmente exclusivos (como, por exemplo, certas afiliações religiosas e igrejas nos Estados Unidos), de modo que o efeito da raça opera pelos recursos individuais, não mais uma variável interveniente – ou seja, raça é endogeneizada ao CVM. A natureza da variável, nesse segundo momento, é distinta, focada nos recursos individuais e não mais em consciência racial ou instituições políticas.

Como discutido anteriormente, a pergunta que motiva parte substantiva dos trabalhos sobre raça e comportamento político no Brasil é: raça importa? Em que medida raça importa quando controlada pela posição socioeconômica? A resposta a

essas perguntas, com base nas evidências analisadas, seria: não, o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente no Brasil, ao passo que fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, são nitidamente mais relevantes. A interpretação do resultado à luz do modelo baseado em recurso tende, de saída, a ser negativa, no sentido de que no caso de Belo Horizonte não se encontram as condições identificadas no modelo baseado em recursos.

A ausência dos fatores que levam à variação na participação por diferentes grupos raciais já era documentada na literatura sobre raça e política no Brasil, de modo que a aposta da literatura brasileira estava nas experiências individualizadas de discriminação e preconceito. De acordo com esses autores, essas experiências, mesmo que individualizadas (por não se refletirem na formação de consciência de grupo), levariam a um comportamento político diferenciado. Já na aposta da literatura baseada em recursos, somente uma experiência de pertencimento a um grupo racial que levasse ao compartilhamento de percepções e desenvolvimento de habilidades levaria a esse comportamento distinto por grupos raciais. Se se pressupõe que a literatura sobre o Brasil está correta e indivíduos que se declaram como negros sofrem discriminação e preconceito que levam a comportamento político diferencial dos indivíduos que se declaram como brancos, os achados deste trabalho não trazem evidências que corroborem de forma significativa a hipóteses de que as experiências individualizadas de discriminação e preconceito levam a comportamento político diferenciado.

Já os resultados encontrados para a Cidade do Cabo permitem inferir conclusões de caráter mais positivo. Afinal de contas, foram encontradas variações substantivas no comportamento político de grupos raciais, em especial entre *Africans*, de um lado, e *Whites* e *Coloureds*, de outro. Então, fazendo coro às perguntas da literatura sul-africana sobre raça e comportamento eleitoral: quais os mecanismos que explicam essa associação?

O tipo de análise levada a cabo neste trabalho não permite responder assertivamente a essa pergunta, mas a reconstrução da literatura sobre o modelo dos recursos pode ajudar a iluminar o debate sul-africano e apontar para os mecanismos plausíveis de operação da raça (a partir dos mecanismos explícitos e implícitos nos dois momentos da abordagem dos recursos). No primeiro momento analítico identificado na obra de Verba e seus colaboradores, argumenta-se que o desenvolvimento de uma

consciência racial compartilhada eleva a probabilidade de participação de grupos raciais com menor posse de recursos. Deve-se notar que a clivagem encontrada é entre *Africans versus Coloureds/Whites*. Pode-se argumentar que, para que a raça opere por fatores de formação de solidariedade e percepções compartilhadas de grupo, é necessário o desenvolvimento de uma consciência para cada uma dos grupos raciais relevantes — como mostrado pelos estudos de Chong e Rogers (2005), Rodrigues (2006) e Chandra (2006) para o caso estadunidense, que analisam não só negros e brancos, mas também asiáticos e latinos, existem consequências específicas a cada grupo da existência de consciências de grupo e percepções compartilhadas. Desse modo, era de se esperar que houvesse diferenças relevantes nos níveis de participação entre *White*, *Coloured* e *African*, em especial na Cidade do Cabo, com ampla tradição na mobilização do grupo *Coloured* (e não uma distinção binária entre *African* e *Coloured/White*).

Ainda no primeiro momento identificado na obra de Verba e seus colaboradores, raça pode ser relevante na medida em que instituições como partidos e associações voluntárias refletem clivagens raciais através de suas bases. E, com relação ao segundo momento da abordagem de recursos, raça é relevante com o desenvolvimento de habilidades associadas a experiências raciais exclusivas. Ambos os fatores acima poderiam ser encontrados caso a participação em organizações não políticas elevasse a probabilidade de participação ao mesmo tempo em que raça se mantivesse como um fator relevante. E, como já visto, há o substantivo aumento na probabilidade de participação, uma vez que indivíduos são ativos em organizações não políticas. Mais: o aumento na probabilidade de participação (tanto em organizações políticas quanto em ativismo político) dos indivíduos que participam de organizações não políticas é maior na Cidade do Cabo do que em Belo Horizonte. À primeira vista, os dois mecanismos podem levar aos resultados encontrados para a Cidade do Cabo, mas qual deles seria mais plausível? Por um lado, com base na literatura sobre a África do Sul, existe uma intensa racialização dos partidos e, embora as evidências sejam mais escassas, também há indícios de racialização da sociedade civil, em especial de movimentos sociais associados à luta contra o *Apartheid* (e que perduraram no período pós-*Apartheid*) — como pressuposto pelo primeiro momento da obra de Verba e seus colaboradores. Por outro lado, não há, na literatura analisada, uma indicação de que experiências religiosas ou etno-linguísticas sejam coerentes em cada grupo racial de modo a levar ao

desenvolvimento de habilidades politicamente salientes, uma vez que, apesar de haver distinções em termos de afiliações religiosas e diferenças linguísticas entre grupos raciais, há divisões intrarraciais relevantes. Em síntese, apesar de haver variação *entre* os grupos raciais em termos de línguas e religião (os primeiros fatores apontados como relevantes no desenvolvimento de habilidades segundo Verba e seus colaboradores), há variação relevante *dentro* dos grupos, o que torna menos provável o desenvolvimento do mecanismo proposto no segundo momento identificado no trabalho de Verba. Desse modo, os dados analisados e sua interpretação apontam para a maior força do argumento de que a raça opera na África do Sul através do seu reflexo das clivagens raciais nas instituições (associações voluntárias, nesse caso) e, que, por sua vez, reforça a racialização da atuação política sul-africana.

Com relação ao trabalho de Verba e seus colaboradores, o movimento do primeiro momento ao segundo, de “endogeneizar” a questão racial num modelo de recursos, de colocar raça na mesma unidade analítica dos outros elementos do modelo e, assim, de fazer com que raça seja relevante na medida em que esteja associada a espaços ou traços específicos do grupo (como língua) que gerem habilidades politicamente relevantes, é um esforço, em termos de sofisticação e ajuste do modelo, louvável. Ao tornar o modelo mais preciso e internamente coerente, suas implicações também se tornam mais nítidas e restritivas. Todos esses aspectos são ganhos analíticos nítidos do segundo momento com relação ao primeiro momento identificado em Verba. No entanto, apesar da sofisticação do modelo, sua capacidade de explicar e compreender a relação entre raça e comportamento político, de forma comparada, é prejudicada devido aos pressupostos implícitos na formulação de raça do segundo momento. Dado que, no segundo momento, o efeito da raça é contingente ao desenvolvimento de habilidades, pressupõe-se que o pertencimento a um grupo racial é politicamente relevante quando implica a existência de grupos raciais com espaços societários (como igrejas e outros tipos de associativismo) e ainda experiências de socialização (como a língua) “internamente (racialmente) coerentes e mutuamente exclusivos”. Ou seja, raça é politicamente relevante quando as habilidades política são desenvolvidas em ambientes racialmente homogêneos e exclusivos. Esse pressuposto, apesar de plausível, é contingente a certo desenvolvimento específico da raça, cujo caso empírico mais fartamente documentado é os Estados Unidos. Já o primeiro momento

analítico, ao manter raça como um fator exógeno e interveniente, oferece um enquadramento mais amplo para os possíveis mecanismos de operação e efeitos da raça — tanto que, nos dois livros que compõem o primeiro momento aqui identificado, são encontrados dois modos pelo quais a raça opera politicamente. Trata-se de um modelo menos preciso e internamente coerente do que o desenvolvido no segundo momento, mas, de acordo com a interpretação dos resultados realizada acima, em especial para o caso sul-africano, o segundo momento oferece uma interpretação que converge melhor com o resultados e com a literatura local sul-africana.

Apêndice I: Modelos de regressão

Tabela 1 - Modelos de Regressão Logística, Belo Horizonte — Participação em Organizações Políticas

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Modelo 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não política
Raça (Branco)	0,443** (-0,217)		-0,107 (-0,266)	-0,09 (-0,266)
Logartimo da renda per capita		0,406*** (-0,143)	0,421*** (-0,148)	0,393*** (-0,147)
Anos de escolaridade		0,13555 *** (-0,04)	0,136*** (-0,04)	0,130*** (-0,04)
Participação não política				0,615 ** (-0,247)
Intercepto	-2,409*** (-0,142)	-5,901*** (-0,739)	-5,963 *** (0,756)	-6,018*** (-0,756)
N	997	781	781	781
AIC	631,73	477,65	479,48	475,31

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 ** 0,05 * 0,1

Tabela 2 - Modelos de Regressão Logística, Belo Horizonte – Ativismo Político

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Modelo 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não-política
Raça (Branco)	0,072 (0,147)		-0,194 (0,174)	-0,203 (0,175)
Logartimo da renda per capita		0,152* (0,092)	0,177* (0,095)	0,164* (0,095)
Anos de escolaridade		0,052** (0,023)	0,052** (0,023)	0,048** (0,023)
Participação Não-política				0,434** (0,171)
Intercepto	0,792*** (0,085)	-0,437 (0,462)	-0,513 (0,468)	-0,560 (0,472)
N	966	778	778	778
AIC	1194,3	935,35	936,1	931,5

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 ** 0,05 * 0,1

Tabela 3 - Modelo de Regressão Logística²⁵, Cidade do Cabo — Participação em Organizações Políticas

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Model 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não política
<i>African</i>	1,639*** (-0,217)		1,696*** (-0,252)	1,660*** (-0,259)
<i>White</i>	0,408 (-0,294)		0,344 (-0,375)	0,387 (-0,381)
De 1001 a 3000 R		0,077 (-0,255)	0,276 (-0,263)	0,258 (-0,268)
De 3001 a 5000 R		0,051 (-0,28)	0,577* (-0,296)	0,659** (-0,302)
De 5001 a 10000 R		-0,514 (-0,344)	0,392 (-0,375)	0,453 (-0,384)
Mais do que 10000 R		-0,117 (-0,383)	0,923** (-0,448)	0,81762* (-0,462)
9 a 11 anos de escolaridade (ensino médio incompleto)		0,0179 (-0,245)	-0,071 (-0,254)	-0,135 (-0,259)
<i>Matric</i> (ensino médio completo)		0,252 (-0,270)	0,005 (-0,281)	-0,014 (-0,288)
Mais do que 12 anos de escolaridade		0,343 (-0,273)	0,246 (-0,289)	0,271 -0,294
Participação não política				1,247*** (-0,284)
Intercepto	-2,575*** (-0,189)	-1,574*** (-0,214)	-2,916*** (0,312)	-3,919 *** (-0,41)
N	1077	835	835	831
AIC	887,8	805,45	752,84	724,42

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 '**' 0,05 * 0,10

²⁵ Os grupos de referência são: raça (*Coloured*), renda (de 0 a 1000 R) e escolaridade (0 a 9 anos). Nas simulações de valores esperados para *African* e *Coloured*, foi utilizado um modelo com uma variável que agrega de 5001 a 10000 R e mais do que 10000 R, por causa do baixo número de *Africans* e *Coloureds* com renda declarada maior do que 10000 R.

Tabela 4 - Modelo de Regressão Logística²⁶, Cidade do Cabo — Ativismo Político

	Modelo 1: Raça	Modelo 2: Socioeconômico	Model 3: Raça + Socioeconômico	Modelo 4: Raça + Socioeconômico + Participação não política
<i>African</i>	0,457*** (0,138)		0,526*** (0,166303)	0,444 *** (0,170563)
<i>White</i>	-0,120 (0,172)		-0,259 (0,256695)	-0,249 (0,263635)
De 1001 a 3000 R		-0,261 (0,2011)	-0,197 (0,203532)	-0,228 (0,2078)
De 3001 a 5000 R		-0,235 (0,22147)	-0,040 (0,23085)	-0,005 (0,235315)
De 5001 a 10000 R		0,035 (0,25239)	0,381 (0,272169)	0,416 (0,278646)
Mais do que 10000 R		-0,018 (0,30561)	0,471 (0,342345)	0,390 (0,351162)
9 a 11 anos de escolaridade (ensino médio incompleto)		-0,378** (0,18894)	-0,413** (0,191087)	-0,438 ** (0,195541)
<i>Matric</i> (ensino médio completo)		-0,535** (0,21641)	-0,600793*** (0,222)	-0,631 *** (0,228)
Mais do que 12 anos de escolaridade		-0,036 (0,216)	-0,0033 (0,2281)	-0,0110 (0,233)
Participação não- política				0,898 *** (0,1689)
Intercepto	-0,220** (0,099)	0,351** (0,166)	-0,0103 (0,201)	-0,632*** (0,238)
N	1058	828	828	825
AIC	1455,7	1143,0	1133,0	1096,1

Fonte: PRMBH, 2005

p-valor: 0,001 *** 0,01 ** 0,05 * 0,1

²⁶ Os grupos de referência são: raça (*Coloured*), renda (de 0 a 1000 R) e escolaridade (0 a 9 anos). Nas simulações de valores esperados para *African* e *Coloured*, foi utilizado um modelo com uma variável que agrega de 5001 a 10000 R e mais do que 10000 R, por causa do baixo número de *Africans* e *Coloureds* com renda declarada maior do que 10000 R.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, N. **Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte 2005**. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro para Pesquisa Quantitativa em Ciências Sociais.
- AGUIAR, N. (Org.). **Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política**. 1. ed. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- ALMOND, G.A.; VERBA, S. **The Civic Culture: Political Democracy and Attitudes in Five Nations**. New Jersey: Princeton University Press, 1963.
- ANDREWS, G. R.. O protesto político negro em São Paulo: 1888–1988. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.21, pp. 27–48, 1991.
- BAILEY, S. R. Unmixing of Race Making in Brazil. **American Journal of Sociology**, v.114, n.3, November, pp. 577-614, 2008.
- BAILEY, S. R. Public Opinion on Nonwhite Underrepresentation and Racial Identity Politics in Brazil. **Latin American Politics and Society**, v.51, n.4, pp. 69-99, 2009.
- BAILEY, S. R.; MUNIZ, J. O.; LOVEMAN, M.. The Measure of “Race” and the Estimation of Racial Inequality. In: XXXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, ANPOCS, 2009.
- BALLARD, R.; HABIB, A.; VALODIA, I. Conclusion: Making Sense of Post-Apartheid South Africa’s Voices of Protest. In: **Voices of Protest: Social Movements in Post-Apartheid South Africa**, Pietermaritzburg: University of Kwazulu Natal Press, 2006, pp. 397-418.
- BENTLEY, K; HABIB, A. 2008. Racial redress, national identity and citizenship in post-apartheid South Africa. In: **Racial Redress and Citizenship**, Cape Town: HSRC Press, 2008, pp. 3-32.
- BERQUÓ, E.; ALENCASTRO, L. F. A emergência do voto negro. **Novos Estudos Cebrap**, n.33, pp. 77–88, 1992.
- BUENO, N. S. & FIALHO, F. M.. Race, Resources, and Political Participation in a Brazilian City, **Latin American Research Review**, v.44, n.2, pp. 59-83, 2009.
- CASTRO, M. M. M.. Raça e Comportamento Político. **Dados**, v.36, n.3, p.469-491, 1993.
- CHANDRA, K. What is ethnic identity and does it matter? **Annual Review of Political Science**, v.9, pp. 397-424, 2006.
- CHO, Wendy K., GIMPEL, James G., Wu Tony. Clarifying the Role of SES in Political Participation: Policy Threat and Arab American Mobilization. **The Journal of Politics**, v.68, n.4, pp. 977-991, 2006.
- CHONG, D.; ROGERS, R.. Racial Solidarity and Political Participation. **Political Behavior**, v.27, n.4, pp. 347-373, 2005.

CHONG, D.; KIM, D. The Experiences and Effects of Economic Status Among Racial and Ethnic Minorities. **American Political Science Review**, v.100, n.3, pp. 335-351, 2006.

DAHL, R. A. **On Political Equality**. New Haven: Yale University Press, 2006.

DALTON, R.J.; KLINGEMANN, H. 2007. **Oxford Handbook of Political Behavior**. New York: Oxford University Press.

DUNNING, T. Direct Action and Associational Participation: The problem-solving repertoires of individuals. In: COLLIER, R. B. and HANDLIN, S.P. (eds.) **Reorganizing popular politics: participation and the new interest regime in Latin America**. Pennsylvania: Penn State University Press, 2009.

FAUVELLE-AYMAR, C. Electoral turnout in Johannesburg: socio-economic and political determinants. **Transformation** 66/67, pp. 142-167, 2008.

FERREE, K. Explaining South Africa's Racial Census. **The Journal of Politics**, v.68, n.4, pp. 803-815, 2006.

FRIEDMAN, S. A Voice for Some: South Africa's Ten Years of Democracy. In: NIJZINK, L.; PIOMBO, J. (eds.). **Electoral Politics in South Africa: Assessing the First Democratic Decade**, New York: Palgrave Macmillan, 2005, pp. 3-22.

FRY, P. Politics, Nationality, and the meaning of 'race' in Brazil. **Daedalus** (Spring), pp. 83-118, 2000.

GELMAN, A.; STERN, H. The difference between 'significant' and 'not significant' is not itself statistically significant. **The American Statistician**, v.60, n.4, pp. 328-331, 2006.

GOODIN, R.E.; KLINGEMANN, H. **A New Handbook of Political Science**. New York: Oxford University Press, 1996.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, pp. 147-156, 1999.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. The Race Issue in Brazilian Politics (The Last Fifteen Years). In: KINZO, M. D.; DUNKERLEY, J. (eds.) **Brazil since 1985: Economy, Polity and Society**, London: Institute of Latin American Studies, 2003, pp. 251-268.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HTUN, M. From Racial Democracy to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil. **Latin American Research Review**, v.39, n.1, pp. 60-98, 2004.

HUTCHINGS, V. L.; VALENTINO, N. A. The Centrality of Race in American Politics. **Annual Review of Political Science**, v.7, pp. 383-408, 2004.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. **Rising Tide**: Gender equality and cultural change around the world. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IMAI, K.; KING, G.; LAU, O. **Zelig**: Everyone's Statistical Software. 2009.
Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/zelig>>. Acesso em: 10 de junho de 2010.

IMAI, K.; KING, G.; LAU, Olivia. Logit: Logistic Regression for Dichotomous Dependent Variables. In: IMAI, K; KING, G.; LAU, O. **Zelig**: Everyone's Statistical Software, 2009. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/zelig>> . Acesso em: 10 de junho de 2010.

IMAI, K.; KING, G.; LAU, O. Toward A Common Framework for Statistical Analysis and Development. **Journal of Computational and Graphical Statistics**, v.17, n.4, pp. 892-913, 2008

KING, G.; TOMZ, M.; WITTENBERG, J. Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation. **American Journal of Political Science**, v.44, n.2, pp. 341–355, 2000.

KING, G.; ZENG, L. [Improving Forecasts of State Failure](#). **World Politics**, v. 53, n. 4. Julho, pp. 623-58, 2001.

LAMOUNIER, B. “aça e classe na política brasileira. **Cadernos Brasileiros**, v. 47, pp. 39–50, 1968.

LEIGHLEY, J. E. Attitudes, Opportunities and Incentives: A Field Essay on Political Participation. **Political Research Quarterly**, v.48, pp. 181-209, 1995.

LEIGHLEY, J. E. Commentary on Attitudes, Opportunities and Incentives: A Field Essay on Political Participation. **Political Research Quarterly**, v.61, pp. 46-49, 2008.

LEIGHLEY, J. E.; VEDLITZ, A. Race, Ethnicity, and Political Participation: Competing Models and Contrasting Explanations. **Journal of Politics**, v.61, n.4, pp. 1092–1114, 1999.

LEIGHLEY, J. E & MATSUBAYASHI, T. The Implications of Class, Race, and Ethnicity for Political Networks. **American Politics Research**, v.37, n.5, pp. 824- 855, 2009.

LIEBERMAN, E. S. **Race and Regionalism of Taxation in Brazil and South Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARX, A. **Making Race and Nation**: A Comparison of South Africa, the United States and Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- MATTES, R.; PIOMBO, J. Opposition Parties and the Voters in South Africa's General Election in 1999. **Democratization**, v.8, n.3, pp. 101-128, 2001.
- MATTES, R. South Africans' participation in local politics and government. **Transformation** 66/67, pp. 116-141, 2008.
- MATTES, Robert. Voter Information, Government Evaluations, and Party Images in the First Democratic Decade. In: NIJZINK, L.; PIOMBO, J. (eds.). **Electoral Politics in South Africa: Assessing the First Democratic Decade**, New York: Palgrave Macmillan, pp. 40-63, 2005.
- McLAUGHLIN, E.. Racial, Ethnic or Rational Voters? Splitting Tickets in South Africa. **Politikon**, v.35, n.1, pp. 23-41, 2008.
- McLAUGHLIN, E. "Beyond the Racial Census: The Political Salience of Ethnolinguistic Cleavages in South Africa". *Comparative Political Studies*, 40(4): 435-456, 2007
- MILBRATH, L. **Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?** Chicago: Rand McNally, 1965.
- MILLER, A., P.; GURIN, G; GURIN; MALANCHUK, O. Group consciousness and political participation. **American Journal of Political Science**, v. 25, pp. 494-511, 1981.
- MUNIZ, J. O. Consistência, Concordância e Intervalos de Confiança para Percepções sobre Raça/Cor no Brasil. Manuscrito, 2010.
- NATTRASS, N.; SEEKINGS, J. 'Two Nations?' Race and Economic Inequality in South Africa Today. **Daedalus**, v. 130, n.1, inverno, pp. 45-70, 2001a.
- NATTRASS, N.; SEEKINGS, J. Democracy and Distribution in Highly Unequal Economies the case of South Africa. **Journal of Modern African Studies**, v.39, n.3, pp. 471-498, 2001b.
- NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca: as relações social em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998.
- NORRIS, P. **Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PASCHEL, T.; SAWYER, M. Q. Contesting Politics as Usual: Black Social Movements, Globalization, and Race Policy in Latin America. **Souls**, v.10, n.3, pp. 197-214, 2008.
- PRANDI, R. Voto e raça na eleição presidencial de 1994. **Estudos Afro-Asiáticos**, v.30, pp. 61-78, 1996.
- R Development Core Team. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, 2010. Disponível em <http://www.R-project.org>

- REIS, F. W. Política e Participação: Notas sobre Aspectos Doutrinários e Empíricos. **Revista USP**, v. 49, Março/maio, pp. 6-23, 2001.
- ROBINS, S. L. **From Revolution to Rights in South Africa: Social Movements, NGOs, and Popular Politics after Apartheid**. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.
- SANSONE, L. **Blackness without ethnicity: Constructing Race in Brazil**. New York: Palgrave/St. Martin's Press, 2003.
- SANTOS, J. A. F. Efeitos de Classe na Desigualdade Racial No Brasil. **Dados**, v. 48, n. 1, pp. 21-63, 2005.
- SAWYER, M.. 'Race' to the Future: Racial Politics in Latin America 2015. **Perspectives on Politics**, v. 3, n.3, pp. 561-564, 2005.
- SCHLOZMAN, K. L. Citizen Participation in America: What do we know? Why do we care? In: KATZELSON, I.; MILNER, H. V. (eds). **Political Science: State of the Discipline**. Norton and Company /American Political Science Association, pp. 433-61, 2002
- SCHMITTER, P. Brasil e África do Sul: uma comparação preliminar. In: LAMOUNIER, B. (org.) **Brasil e África do Sul: uma comparação**. São Paulo: Editora Sumaré/Idesp, 1996.
- SEEKINGS, J. Cape Town Area Survey. University of Cape Town, Centre for Social Science Research, 2005.
- SEEKINGS, Jeremy & MATISONN. Inequalities of Class and the Quality of Democracy in Post-Apartheid South African Cities. In: Harold Wolpe Memorial Trust Conference, Cidade do Cabo, 2006.
- SEEKINGS, J.; JOOSTE, T.; LANGER, M.; MAUGHAN-BROWN, B. Inequality and Diversity in Cape Town: An Introduction and User's Guide to the 2005 Cape Area Study. **CSSR Working Paper**, n.124, 2005.
- SEEKINGS, J. Race, Class, and Distributive Justice in Post-Apartheid South Africa. **Journal of Southern African Studies**, v.34, n.1, pp. 39-60, 2008a.
- SEEKINGS, J. The continuing salience of race: Discrimination and diversity in South Africa. **Journal of Contemporary African Studies**, v.26, n.1, pp. 1-25, 2008b.
- SEEKINGS, J. "The Electoral Implications of Social and Economic Change since 1994", NIJZINK, Lia & PIOMBO, Jessica (eds.). . In: NIJZINK, L.; PIOMBO, J. (eds.). **Electoral Politics in South Africa: Assessing the First Democratic Decade**, New York: Palgrave Macmillian, 2005, pp. 23-39.
- SEGURA G. M.; RODRIGUES, H. A. Comparative ethnic politics in the United States: Beyond black and white. **Annual Review of Political Science**, v.9, pp. 375-95, 2006.

SIMÕES, S.; REIS, B. P. W.; BIAGIONI, D.; FIALHO, F. M.; BUENO, N. S. The Private Motivations of Public Action: Women's Associational Lives and Political Activism in Brazil. **Advances in Gender Research**, v13, pp. 203-240, 2009.

SHINGLES, R. D. Black Consciousness and Political Participation: The Missing Link. **The American Political Science Review**, v.75, n.1, pp. 76-91, 1981.

SOARES, G.; VALLE SILVA, N. Urbanization, Race, and Class in Brazilian Politics. **Latin American Research Review**, v.22, n. 2, pp. 155-176, 1987.

SOARES, G.; VALLE SILVA, N. O charme discreto do socialismo moreno. **Dados**, v.28, n.2, pp. 253-273, 1985.

SOUZA, A. Raça e Política no Brasil Urbano. **Revista de Administração de Empresas**, v.11, n.4, pp. 61-70, 1971.

SOUZA, J. Raça ou Classe? Sobre a Desigualdade Brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.65, 2005, pp. 43-70, 2006.

SUYAMA, E.; FERNANDES, R. A. Planejamento da amostra, seleção de unidades amostrais, e sistema de ponderação da pesquisa da região metropolitana de Belo Horizonte. In: AGUIAR, N.(org.) **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 263-285.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America: Political Democracy and Social Inequality**. Chicago: University of Chicago Press, 1972

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. **Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison**. Chicago: University of Chicago Press, 1979

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H.; NIE, N. H. Race, Ethnicity and Political Resources: Participation in the United States. **British Journal of Political Science**, v.23, n.4, pp. 453-497, 1993.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.